



REVISTA DE HISTORIA E DE ARTE
Louvada por Portaria do Ministerio da Instrucção Publica
de 15 de Fevereiro de 1929
Premiada com Medalhas d'Ouro na II Exposição de Cintra
em 29 de Agosto de 1929 e na Exposição Ibero-Americana de Sevilla—1928

Editor-Director AFFONSO DE DORNELLAS
PALACIO DA ROCHA DO CONDE D'OBIDOS — LISBOA

Composto e impresso no
CENTRO TIP. COLONIAL — L. d'Abegoaria, 27 — LISBOA

II VOLUME — AGOSTO 1929 — NUMERO VIII
(PUBLICADO EM MAIO DE 1930)

HERALDICA DE DOMINIO

ALCOUTIM

Parecer aprovado pela Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes em sua sessão de 6 de Junho de 1927.

COM o despacho — «Para ser dirigido e presente à Secção de Heraldica e Genealogia, para resolver e dar parecer 10-3-926 (a) *Xavier da Costa* — foi enviada à referida Secção a seguinte carta :

Ex.^{mo} Senhor Presidente das Associação dos Archeologos Portuguezes. — Lisboa. — Sou algarvio e como tal interessa-me tudo que ao Algarve se refira, muito especialmente o que toca á sua historia, archeologia etc., estando sempre e, apesar de pouquissimo tempo e saber de que disponho, animado dos melhores desejos de prestar á minha provincia qualquer serviço ainda que insignificante, pois muito a meu pesar, para cousas de valia não me chegam nem o tempo nem a competencia.

Por estas razões e ainda por instancias de alguns amigos, propuz-me diligenciar obter os elementos com que podesse fazer-se a composição do brazão d'armas d'algumas terras do Algarve que ainda o não teem : Monchique (minha terra natal) e Alcoutim.

Suponho ter encontrado os elementos bastantes e apropriados para a figuração heraldica dos brazões d'armas d'estas duas villas, as quaes, depois de instruidos com o parecer da douta Associação dos Archeologos Portuguezes a que V. Ex.^a tão dignamente preside, serão oportunamente apresentados ás respectivas Camaras Municipaes solicitando a sua adopção.

Comquanto me pareça que os brazões, taes como os imaginei, podem ser adoptados por aquelles municipios, dada a liberdade que estes organismos sempre mais ou menos teem tido em tal materia, não me posso dispensar de submeter este meu trabalho á apreciação da Illustre Associação dos Archeologos Portuguezes, não só pelos motivos expostos (carencia de tempo e conhecimentos proprios) mas tambem por ser meu desejo que esse estudo ou trabalho fique, tanto quanto possivel, expurgado de erros e modificado no que fôr necessario, de modo a ficar correcto.

N'estas circunstancias e sabendo que essa Illustre Associação está sempre animada da melhor vontade de auxiliar estas iniciativas, venho pedir a V. Ex.^a licença para submeter á apreciação da Secção de Heraldica d'essa Associação os trabalhos juntos, ousando esperar que sejam oportunamente dados os respectivos pareceres, em separado, mas sómente depois de convenientemente rectificado qualquer erro ou feita qualquer alteração de harmonia com as indicações que me forem por V. Ex.^a dadas.

Acompanham esses trabalhos dois desenhos bastante imperfeitos (pois, por falta de elementos e conhecimentos necessarios não encontrei aqui quem fizesse melhor) mas que poderão dar uma ideia, embora deficiente, do que desejei mas talvez não conseguisse expor com a clareza e propriedade necessarias.

Muito grato ficaria a V. Ex.^a se, antes de iniciado qualquer trabalho: me fosse dado conhecimento das despesas que porventura haja.

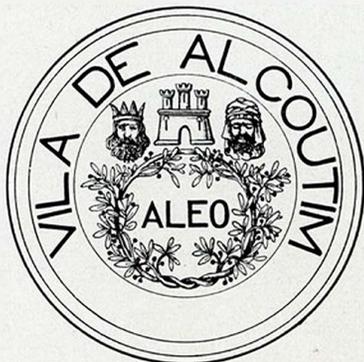
Oportunamente pedirei a V. Ex.^a outras indicações sobre algum aguarelista ou desenhador que, com as necessarias exactidão e perfeição mas sem exigencias demasiadas, se possa encarregar dos desenhos definitivos.

Não me dirijo ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Leite de Vasconcellos de quem sou antigo conhecido e amigo (e por cuja indicação publiquei alguns trabalhos ethnographicos na Revista Luzitana) por me constar que S. Ex.^a se não encontra actualmente em Lisboa.

Com a mais elevada consideração me subscrevo.—De V. Ex.^a Mt.^o Att.^o Ven.^{do} e Obg.^{do} José Antonio Guerreiro Gascon (Tesoureiro da Fazenda Publica). Odemira, 28.2.926.

Esta carta vinha acompanhada da seguinte exposição :

— Brazão d'armas da Camara Municipal do Concelho de Alcoutim — Escudo de forma usual, orlado de verde-esmeralda, dividido



Sello de Alcoutim segundo este parecer

em dois por uma estreita barra vertical, vermelho-carmim, de largura igual á da orla; esta barra é interrompida ao centro por um escudete das quinas, desenhado a azul-ferrete sobre fundo branco.

No escudo da esquerda (do observador), sobre fundo branco, ao alto, uma coroa de louro, de sua cor, tendo no meio a palavra Aleo, a ouro; no da direita, sobre fundo azul claro, em baixo, um castelo de cinco torres a ouro, tendo hasteada na principal uma bandeira; ao alto, cinco estrellas, a ouro, dispostas em Λ sendo a do vertice um pouco maior que as restantes.

Encimando o escudo, uma coroa mural, em prata de cinco torres. Pela parte inferior do escudo, e a curta distancia d'elle, um pequeno ramo de oliveira.

Estandarte esquartelado de branco e vermelho-carmim, tendo ao centro o brazão d'armas acima descripto.

Haste de branco e vermelho-carmim, em duas fitas largas, enroladas em espiral, tendo ao alto uma lança prateada.

O escudo da esquerda (do observador), muito semelhante ao de Villa Real (Traz-os-Montes): é o que se vê em Alcoutim sobre o portico principal da igreja matriz e n'uma trave da egreja da Conceição, sendo muito antiga a existencia d'este escudo, tanto n'um como n'outro d'estes lugares. Diferença-se do de Villa Real por não ter a espada que se vê n'este e terá certamente a sua origem no facto de terem sido os primogenitos dos marquezes de Villa Real Condes de Alcoutim.

Este escudo representa, para Alcoutim, não só a antiguidade do concelho mas tambem uma antiga tradição.

O Castello que se vê no escudo da direita assim como a lança que encima a haste, representam a qualidade de praça de guerra atribuida a Alcoutim em epocha já distante, significando o numero (5) das suas torres a cathgoria de Villa de ha muito outhorgada a Alcoutim.

As estrellas que no alto se veem representam o numero de freguezias que actualmente compõem o concelho.

O escudete das quinas é emblema nacional.

A orla verde-esmeralda do escudo e a barra vermelho-carmim que o divide em dois, representam as cores nacionaes á data da adopção d'este brazão d'armas.

A coroa mural que encima o escudo significa a autonomia municipal, representando o numero de torres a cathgoria que Alcoutim actualmente tem de Villa.

O pequeno ramo de oliveira que se vê pela parte inferior do escudo é allusiva á paz celebrada em Alcoutim, em 31 de Março de 1371, entre D. Fernando de Portugal e D. Henrique de Castella (Historia Geral de Portugal por Damião Antonio de Lemos, tomo 5, pag. 38).

As cores branco e vermelho-carmim assim como a sua disposição no estandarte representam, segundo a tradição o antigo brazão d'armas do Algarve.

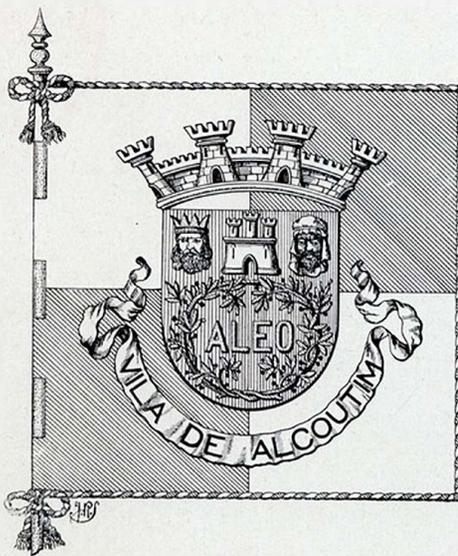
Tais são os elementos que me parece deverem constituir o brazão d'armas a adoptar nos sellos e estandarte da Camara Municipal do Concelho de Alcoutim, que tenho a honra de submeter á apreciação da Secção de Heraldica da Illustre Associação dos Archeologos Portuguezes, de Lisboa. — Odemira, 28 de Fevereiro de 1926. — (a) José Antonio Guerreiro Gascon (Tesoureiro da Fazenda Publica).

A secção de Heraldica entregando-me estes documentos e o respectivo desenho, encarregou-me de formular o necessario parecer.

Para me desobrigar d'esta incumbencia vou primeiro analizar o que nos diz o sr. José Antonio Guerreiro Gascon.

A base das armas das cidades e das Villas, é o sello Municipal que foi sempre constituido por peças heraldicas que recordem a vida, historia, ou qualidades espezias da terra que caracterizam, peças heraldicas que dispostas simetricamente tenham um conjunto artistico.

Na generalidade, os sellos não são divididos em duas ou mais partes como succede com as armas de Fa-



Bandeira de Alcoutim com as cores indicadas heraldicamente

milia, onde se parte, corta, esquartella, etc., o escudo, para n'elle figurarem as armas de varios avós.

Não se devem portanto, segundo os principios da Heraldica de Dominio, cortar, partir ou esquartelar umas armas d'uma Nação, Cidade ou Villa.

N'umas armas de dominio de corporação ou de fa-

millia não se incluem peças sem que haja motivos para o fazer. Tudo deve ter um principio e uma razão.

Na vida de Alcoutim não ha uma razão clara para incluir um escudete das quinas nas suas armas.

As estrellas em heraldica teem a sua significação especial, representam geralmente victorias alcançadas de noite aos mouros. O significado que o Sr. Gascon, vem embrar de por meio das estrellas indicar nas armas o numero de freguezias, não deve ser iniciado para não

tence ás Villas, mas sim ás Cidades. A coroa mural das Villas teem quatro torres. O estandarte desde que seja organizado heraldicamente, é sempre composto das cores das peças principaes das armas e não d'outras cores, salvo razões fundamentadas e mesmo, a bandeira do Algarve, no tempo dos mouros, era vermelha.

Por fóra do escudo das armas das Cidades ou das Villas acompanhando-o, só se devem pôr insignias d'ordens conferidas pelos poderes centraes. O ramo d'oil-



Bandeira e armas da Villa de Alcoutim

estabelecer confusão na significação nas peças heraldicas.

E mesmo, nas armas de concelho, como acima expuz, só devem existir elementos de historia ou de valor local e não um facto que se tem grande importancia para a divisão administrativa do Concelho, não tem razão para figurar nas armas.

A coroa mural de cinco torres a que o Sr. Gascon se refere para encimar as armas de Alcoutim não per-

veira que o Sr. Gascon propõe se coloque no estandarte por debaixo das armas, alusivo ao celebre tratado de paz de 1371 entre D. Fernando Rei de Portugal e D. Henrique, Rei de Castella, teria razão de existir dentro das armas. Fóra, como já disse, só insignias d'ordens conferidas ao Concelho por feitos prestados ao Paiz.

A existencia nas armas do grito «Aleo», é muito interessante, pois pode muito bem representar a liberdade proveniente do tratado de paz acima referido e então

cercado por ramos de oliveira ainda mais interessante fica.

Caso o mesmo grito «Aleo» alli se encontre, sobre o portico principal da Igreja matriz, por os Condes de Villa Real terem sido elevados a Condes de Alcoutim e por estes senhores terem adoptado a palavra «Aleo» como grito de guerra, desde que D. Pedro de Menezes conservou Ceuta livre dos mouros, tambem é muito interessante que se conserve e se inclua nas armas como homenagem a tão grandes guerreiros, visto que foram Senhores e Condes de Alcoutim.

Foi primeiro Conde de Alcoutim de juro e herdade para todos os primogenitos da sua casa por mercê do Rei D. Manuel de 13 de Junho de 1497, o celebre 20.º Governador Capitão General de Ceuta, D. Fernando de Menezes, que foi 1.º Conde de Valença, e de Valladares, 2.º Marquez e 4.º Conde de Villa Real, Condestavel de Portugal e Fronteiro mór do Algarve.

As armas do Algarve desde que este Reino foi incorporado nos dominios de Portugal, foram duas cabeças de Reis Mouros e duas cabeças de Reis Christãos, sendo interessante conservar nas armas das Cidades e das Villas do Algarve a representação das suas armas antigas como já succede com as de Silves e Villa Real de Santo Antonio.

Propomos portanto que as armas de Alcoutim sejam assim constituidas :

De vermelho com o grito «Aleo» em letras d'ouro circundado por ramos d'oliveira frutados de sua côr. Em chefe um castello de prata acompanhado por duas cabeças, uma de carnação branca coroada d'ouro e outra de carnação negra com turbante de prata. Coroa mural de quatro torres.

Listel branco com letras pretos.

Bandeira com um metro por lado, esquartelada de verde e de branco por as peças principaes das armas serem d'estes esmaltes. Cordões e borlas de prata e de verde. Haste e lança dourados.

Proponho que o campo das armas seja de vermelho, por este esmalte representar em heraldica os feitos em guerras, as victorias e os ardis e a Villa de Alcoutim foi theatro de lutas.

Em tempos remotos devia a Villa de Alcoutim ter o seu sello visto que teve Foral antigo, mas perdeu-se concerteza, razão porque agora mostra desejo de voltar a ter o seu sello especial e portanto as suas armas e a sua bandeira.

Alcoutim teve o seu primeiro Foral em 9 de Janeiro de 1304 dado em Beja pelo de Evora, o qual foi registado no Livro III da Chancelaria de D. Diniz a folhas 20 verso, existentes na Torre do Tombo.

Depois D. Manuel I, na grande reforma Administrativa que fez deu Foral a Alcoutim datado de Evora a 20 de Março de 1520, o qual está registado a folhas 115 do Livro dos Foraes novos do Alemtejo que tambem existe na Torre do Tombo.

Enviado o desenho da bandeira ao sr. Guerreiro Gascon, foram depois recebidos os seguintes documentos :

Ex.^{mo} Sr. — Tenho a honra de acusar a recepção da penhorante carta de V. Ex.^a, datada de 18 do corrente mez, que acompanhou o parecer da douta Associação dos Archeologos Portuguezes sobre o brazão d'armas da villa de Alcoutim e dois exemplares do desenho aprovado, o que tudo muito reconhecidamente agradeço a V. Ex.^a. Aguardo a prometida remessa do parecer referente ao brazão de Monchique. Por este correio vou escrever para Alcoutim sobre o assumpto e, conquanto esteja actualmente á frente d'aquelle municipio uma vereação diversa d'aquelle em cujo tempo se iniciaram estes estudos e diligencias, estou certo de que, tanto o parecer assignado por V. Ex.^a como o desenho que n'essa Associação foi aprovado, serão adoptados por aquella Camara Municipal. Entretanto, transmitirei a V. Ex.^a as noticias que d'alli receber. Como é necessario, adoptados o parecer e desenho, modificar o sello branco, timbres em papel de officio e outros, espero dever mais a V. Ex.^a a fineza de obter e enviar-me mais alguns exemplares do desenho aprovado para serem oportunamente enviados ás typographias, gravador etc., o que, supponho, não ser difficil por se tratar de gravuras certamente existentes em poder de V. Ex.^a ou da Associação. Com a maior consideração sou De V. Ex.^a Mt.^o Att.^o e Obg.^{mo} — Odemira, 21, 6, 927. — (a) J. Guerreiro Gascon.

Ex.^{mo} Sr. Affonso de Dornellas — Lisboa — E' com a maior satisfação que envio a V. Ex.^a um officio hoje recebido por mim da Camara Municipal de Alcoutim e uma copia da acta da sessão d'aquella Camara de sete do corrente mez, na qual foi deliberado, por unanimidade, adoptar desde já o brazão d'armas d'aquella villa tal como consta do parecer e desenhos que a Illustre Associação dos Archeologos Portuguezes, por intermedio da Secção de Heraldica da mui digna Presidencia de V. Ex.^a elaborou a nosso pedido. Aos devidos agradecimentos d'aquella Camara Municipal junto os meus pela maneira benevola e verdadeiramente cativante por que V. Ex.^a se dignou atender-me sempre. Pongo incondicionalmente ao dispor de V. Ex.^a o meu insignificante prestimo subscrevo-me com a mais elevada consideração De V. Ex.^a Mt.^o Att.^o e Obg.^{mo} — Odemira, 16, 6, 928. (a) J. Guerreiro Gascon.

Camara Municipal do Concelho de Alcoutim. — N.º 318 — Ao Ex.^{mo} Sr. Affonso Dornellas Muiro Illustre Presidente da Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes — Lisboa — Tenho a subida honra de enviar a V. Ex.^a copia da acta da sessão d'esta Camara em que foi aprovado adoptar-se o brazão de armas d'esta villa proficientemente elaborado pela Secção da Vossa mui digna Presidência. Quero testemunhar a V. Ex.^a os sentimentos de gratidão que se acha possuida a Comissão da minha presidência pelo vosso valioso, cativante e desinteressado serviço prestado a este concelho por intermédio do Ex.^{mo} Sr. José António Guerreiro Gascon. Apresento a V. Ex.^a com os protestos da minha maior consideração os melhores desejos de Saúde e Fraternidade. — Alcoutim, 11 de de Julho de 1928. — O Presidente da Comissão Administrativa — (a) Manuel José da Trindade e Lima.

COPIA — Acta da sessão de 7 de Junho de 1928. — Aos sete dias do mes de Junho do ano de mil novecentos e vinte oito nesta Vila de Alcoutim e Sala das Sessões desta Camara Municipal reuniu a Comissão Administrativa do mesma Camara para celebrar a sua sessão ordinária que tem lugar todas as quintas feiras. Viu-se estarem presentes todos os Senhores que fazem parte da mesma Comissão Administrativa. Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a sessão depois de lida e aprovada a acta da sessão anterior. Foi lido o expediente que teve o devido destino. Pelo Senhor Presidente foram apresentados e lidos os seguintes documentos : Carta — Officio datada de vinte e um de Junho do ano de mil novecentos e vinte sete, do Tesoureiro da Fazenda Publica de Odemira, José Antonio Guerreiro Gascon, ex-Tesoureiro da

Fazenda Publica de Alcoutim, dando conta dos estudos e diligencias por ele empregados para obter os elementos necessarios á reconstituição do brazão d'armas deste Concelho e por t'er sido já emitido o parecer da Secção de Heraldica da Associação dos Arqueologos Portuguezes com sede em Lisboa no Edificio Histórico do Carmo, unica entidade com competencia e autoridade bastante para se pronunciar sobre este assunto, espera que o brazão de armas de Alcoutim tal como é proposto na parte final do referido parecer e conforme o desenho junto assim como a bandeira sejam adotados por esta Camara Municipal e nessa conformidade sejam desde logo modificados os selos municipais. Aduz alguns argumentos para demonstrar a competencia das Camaras Municipais para deliberar sobre este assunto, demonstrando tambem a ideia de autonomia ou independencia que simbolizam os emblemas empregados nos brazões. Mais pede o referido funcionario como homenagem ao eminente poeta e pedagogo algarvio João de Deus, auctor da Cartilha Maternal, seja dado o nome de Rua de João de Deus á rua que da Praça da Republica desta Vila vae para o caes, passando na frente das escolas officiais:

b) Carta datada de dezoito de Junho do ano transacto do Ilustre Presidente da Secção de Heraldica da Associação dos Arqueologos Portuguezes Afonso de Dornelas, dirigida ao Senhor José Antonio Guerreiro Gascon na qual diz remeter o parecer desta Associação e os desenhos aprovados e referentes ás armas de Alcoutim. c) Parecer aprovado pela Secção de Heraldica da Associação dos Arqueologos Portuguezes, em sua sessão de oito de Junho do ano transacto e assinado pelo Ilustre Presidente Afonso de Dornelas. A Comissão Administrativa da Camara Municipal de Alcoutim tendo na devida consideração os pedidos e documentos que acabam de s'er-lhe apresentados delibera por unanimidade: *Primeiro*: que sejam desde já adotados o brazão d'armas de Alcoutim e bandeira tal como consta da proposta contida na parte final do referido parecer e desenhos juntos, proposta que é do teor seguinte: De vermelho com o grito «Aleo» em letras d'ouro circundado por ramos de oliveira frutados de sua côr. Em chefe um castelo de prata acompanhado por duas cabeças, uma de carnação branca coroada d'ouro e outra de carnação negra com turbante de prata. Coroa mural de quatro torres. Bandeira com um metro por lado esquartejada de verde e de branco por as peças principais das armas serem destes esmaltes. Proponho que o campo das armas seja vermelho, por este esmalte representar em heraldica os feitos em guerra, as vitorias e ardis e a Vila de Alcoutim foi teatro de lutas. Em tempos remotos devia a Vila de Alcoutim ter o seu selo visto que teve Foral antigo, mas perdeu-se com certeza, razão porque agora mostra desejos de ter o seu selo especial e portanto as suas armas e o seu estandarte; Alcoutim teve o seu primeiro Foral em nove de Janeiro do ano de mil trezentos e quatro dado em Beja pelo de Evora o qual está registado no Livro terceiro da Chancelaria de Dom Diniz á folhas vinte e nove verso, existente na Torre do Tombo. — Depois Dom Manuel Primeiro na grande reforma Administrativa que fez, deu Foral a Alcoutim datado de Evora a vinte de Março do ano de Mil quinhentos e vinte o qual está registado a folhas cento e quinze do Livro dos Foraes novos do Alientejo que tambem existe na Torre do Tombo. — a) Afonso de Dornelas. — e consequentemente: *Segundo*: que seja desde já modificado o selo desta Camara de harmonia com o desenho junto, ficando o Presidente da Comissão Administrativa desta Camara encarregado de dar immediata execução a esta deliberação, adquirir um carimbo de borracha para s'er aposto em todos os impressos que seja necessario, fazendo igualmente substituir os timbres até agora usados em todos os papeis e documentos que de futuro forem expedidos por esta Camara, e *Terceiro*: que, na primeira oportunidade a Camara adquira uma bandeira segundo o referido desenho e uma lapide em marmore com o novo brazão municipal destinada a s'er colocada na fachada principal dos Paços do Concelho. *Quarto*: que todos os documentos referentes a este assunto sejam cuidadosamente guardados na Secretaria da Camara; *Quinto*: que desta acta se extraia uma copia de teor — e as mais que fôrem necessarias — para s'er enviada para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde deve ficar registada e arquivada; *Sexto*: que se dirija um officio á Ilustre

Associação dos Arqueologos Portuguezes — Secção de Heraldica — manifestando o caloroso aplauso desta Camara Municipal pelo valioso e desinteressado serviço que acaba de prestar-lhe; *Sétimo*: que ao digno Chefe de Secretaria, desta Camara, aposentado Senhor Manuel Antonio Torres, seja enviada tambem uma copia de teor desta acta com o agradecimento desta Camara pelas diligencias effectuadas pelo mesmo Senhor; *Oitavo*: que seja dado o nome de «Rua de João de Deus» á antiga rua Santo Antonio comunicando o facto em officio á Repartição de Finanças deste Concelho. Estação Telegrapho-Postal, Official do Registo Civil deste Concelho e Conservatoria do Registo Predial da Comarca de Vila Rial de Santo Antonio; *Nono*: que se officie ao Tesoureiro da Fazenda Publica de Odemira José Antonio Guerreiro Gascon, comunicando-lhe as resoluções tomadas e lhe seja enviada copia de teor desta acta comunicando-lhe tambem o vivo reconhecimento desta Camara pelos seus trabalhos neste assunto; *Decimo*: que fique encarregado de todos os mais actos necessarios á execução pronta quanto possivel destas deliberações o Senhor Presidente desta Comissão Administrativa, Manuel José da Trindade e Lima: e não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão, sendo esta acta escrita por mim Sebastião de Sousa Marques Quaresma, chefe de secretaria. E eu José Teixeira, vogal secretario a subscrevi e vou assinar. a. a.) Manuel José da Trindade e Lima, José Francisco Ginja, alferes reformado e José Teixeira. — Está conforme. — Secretaria da Camara Municipal de Alcoutim, 11 de Junho de 1928. — O chefe de secretaria — (a) *Sebastião de Sousa Marques Quaresma*.



ALVAIAZERE

Parecer apresentado por Afonso de Dornelas á Secção de Heraldica da Associação dos Arqueologos Portuguezes e aprovado em sessão de 28 de Dezembro de 1927.

DESEJANDO organizar o seu selo e portanto as suas Armas e a sua bandeira, dirigiu a Camara Municipal de Alvaiazere o seguinte officio á Associação dos Arqueologos:

— Camara Municipal do Concelho de Alvaiazere. — Alvaiazere, 26 de Setembro de 1927. — Ex.^{mo} Sr. Presidente da Direcção da Associação dos Arqueologos Portuguezes. — Edificio Historico do Carmo. Lisboa. — O Ex.^{mo} Presidente da Comissão Administrativa desta Camara Municipal, encarrega-me de pedir a V. Ex.^a a especial fineza de me informar como pode conseguir-se o estudo, por essa Associação do Brazão de Armas deste Municipio e qual o custo de tal escudo. — Muito grato ficaria a V. Ex.^a pelo incomodo da informação que desde já agradeço. — O chefe da Secretaria (a *Mario de Castro Rosa*).

Solicitei para Alvaiazere alguns esclarecimentos sobre a provavel existencia de alguns elementos que me auxiliassem, recebenda carta do Sr. Mario de Castro Rosa

que me diz nada existir á excepção do que vem a paginas 413 do Romance Historico «D. Mécia» da autoria de seu pae o Sr. Marques Rosa publicado em Alvaizere, 1914.

Sua Ex.^a teve a amabilidade de me oferecer um exemplar que muito reconhecidamente agradeço.

Diz Pinho Leal no seu Dicionario «Portugal Antigo e Moderno» que Alvaizere foi elevada a vila no tempo



Sello de Alvaizere segundo este parecer

de D. João I que lhe deu Foral em 1388, mas na «Memoria para servir de indice dos foraes das terras do Reino de Portugal e seus dominios» por Francisco Nunes Franklim, segunda edição, Lisboa 1825, apenas vem referencia ao Foral dado por D. Manuel I em 15 de Maio de 1514, que está registado a folhas 116 do Livro dos Foraes Novos da Estremadura. Indica ainda Franklim que as inquerições para este Foral estão arquivadas sob n.º 13 no maço das Inquerições, no Armario 17 da Torre do Tombo.

Os estudiosos dizem que Alvaizere é uma palavra árabe tradução de «Campo Aromatico», e o que é facto é que é notoria a quantidade de alecrim, rosmaninho, lírios e outras plantas que invadem a serra de Alvaizere. Uma das ramificações desta serra até se chama Pousa Flores.

O azeite e o vinho são as principais riquezas locais.

É portanto nos dotes naturais que teremos de ir buscar os elementos para a construção das Armas respectivas, incluindo-lhe a representação heraldica de trevo como representante das flores.

Proponho pois as seguintes armas :

— De prata com uma oliveira de verde frutada de ouro, acompanhada de doze flores de trevo verde, colocadas em orlas. Corôa de quatro torres de prata. Bandeira esquartelada de verde e amarelo. Por debaixo das Armas uma fita branca com letras pretas. Cordões e borlas de ouro e de verde. Haste e lança d'ouro.

Proponho que a bandeira seja esquartelada de verde e amarelo por ser destes esmaltes a principal peça d'armas.

Enviado este parecer ao seu destino, foi recebido o seguinte officio.

Camara Municipal do Concelho de Alvaizere - Secção Municipal N.º 77 — Alvaizere, 18 de Maio de 1928. — Ex.^{mo} Sr. Afonso de Dornelas — Lisboa — Cabe-me a honra de comunicar a V. Ex.^a que a Comissão Administrativa deste Municipio, a quem foi presente a amavel carta de V. Ex.^a de 11 deste mez, acompanhando os desenhos do estandarte, armas e selo aprovado pela Associação dos Arqueologos para esta Vila, deliberou em sua sessão de hoje consignar na acta um voto de sincero agradecimento pela benevolencia com que V. Ex.^a se dignou atender o pedido que lhe foi feito em 26 de Setembro ultimo e pela gentileza com que satisfiez os desejos desta Comissão.

E pela minha parte individualmente, junto tambem o meu especial agradecimento e o testemunho da muita consideração que tributo a V. Ex.^a — Saúde e Fraternidade — O Presidente da Comissão — (a) José Eduardo Simões Baido.

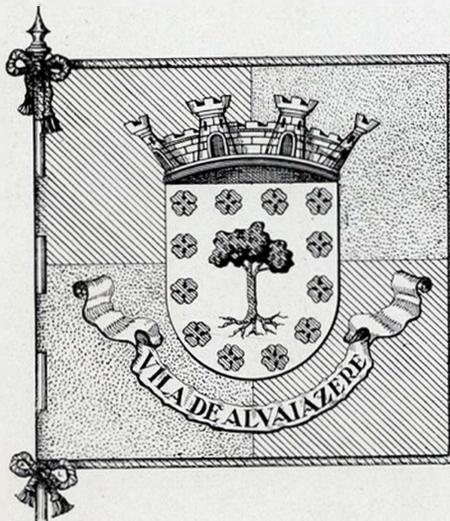
*

* *

N'este parecer refiro-me ao romance historico «D. Mécia» da autoria do Snr. Marques Rosa e que falla eruditamente no Capitulo XXIX dos tempos remotos de Alvaizere.

Vou transcrever parte d'este capitulo como homenagem ao seu auctor e como elucidação para os que se interessam pela historia antiga da mesma villa.

Só pelo poder da imaginação poderemos hoje reconstituir a



Bandeira de Alvaizere com as cores indicadas heraldicamente

Alvaizere do século XIII, tão incerto e vago é o que se sabe da sua topografia e do seu modo de ser social.

Evidente em relação ás origens do povoado, é que todo o vale que se estende desde o lugar das Lorangeiras até á Rominha no sentido norte-sul e limitado pelo sopé da serra ao poente e pelas colinas do Farroio, Cambazes e Couto, foi habitado desde a mais alta antiguidade.

Esta é a certeza que se colhe da observação dos vestigios deixados.

Foram contemporâneos do *mamuth*, do *ursus spelæus* e do *ran-gifer* os primeiros seres humanos que pizaram o solo d'êste elipsoide que se limita pelos pontos indicados. Habitavam em cavernas naturais abertas nas encostas, lascando e aperfeiçoando a pedra, vivendo da caça nas brenhas selváticas que eram: toda a serra, o Carrascal e o ponto chamado os Cômoros, já em plena planície.

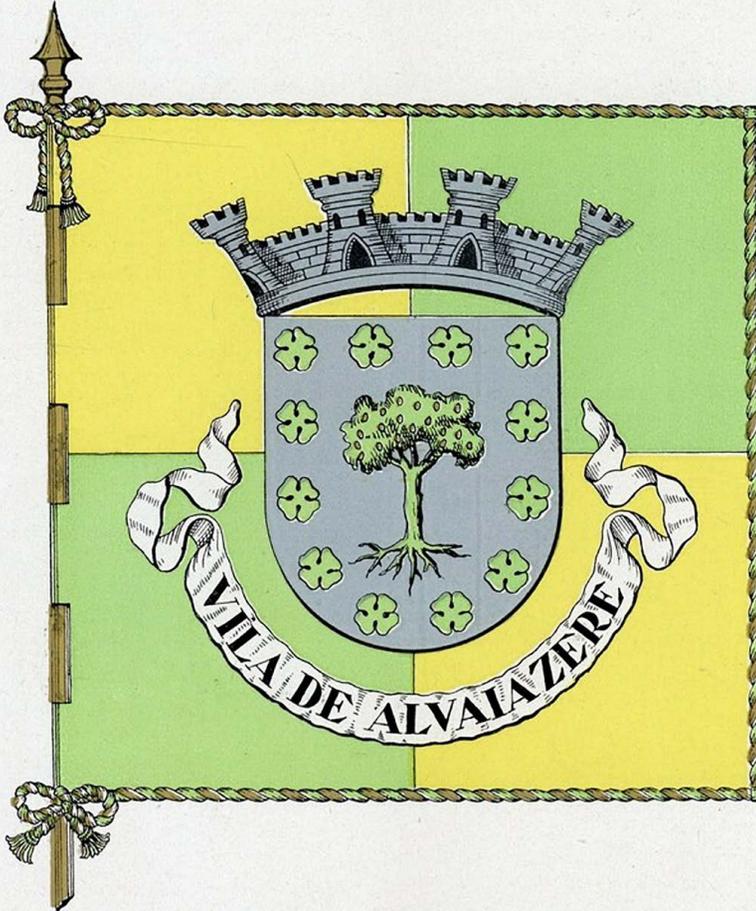
Tipo perfeito d'essas primitivas habitações é a gruta da *Chã dos Coelhos*, nas proximidades da Loureira. E os *Covões*, onde a piedade ingênua e crendeira encontrou, muitos séculos depois, a imagem da virgem que se venera na capela superjacente, outra coisa não foram do que *abrigos* do homem prè-histórico.

até hoje descoberto nas grutas e sepulturas, por onde se possa reconhecer qual das tres grandes raças prè-históricas passou na região d'Alvaiázere. ¿Seria a de *Neanderthal*? ¿A de *Canstadt*?

O mais natural é que fosse a de *Cró Magnon*, pois foi aquela que mais ocupou esta parte da terra.

Seja como fôr, é certo que novos elementos etnicos vieram mais tarde misturar se aos aborígenes, sendo portadores de novos factores de civilização. Tais foram as populações do bronze, vindas porventura do litoral de Andaluzia.

Explica-se d'êste modo a aparição das hachas de anfibolite recolhidas e de dois palstaves de bronze (1), magníficos exemplares



Bandeira e armas da Villa de Alvaiazere

Dos despojos d'essas populações pouco nos resta ou, pelo menos pouco está descoberto. Alguns exemplares d'hachas de schisto, uma faca e algumas pontas de frecha em sílex do paleolítico e do neolítico, tal é hoje o activo do seu espólio (1).

Da raça que usou estas armas, nenhuma noticia. Nem um crâneo

(1) Foi nas proximidades do abrigo dos Covões que, há poucos anos ainda, se encontrou uma faca de sílex polido e algumas pontas de frecha, de sílex lascado. As hachas de schisto encontram-se espalhadas ao sul do perímetro limitado no texto, entre os lugares de Vila Nova de Pussos e Cortiça, região da caverna da *Chã dos Coelhos*, que porventura não é a única d'aquêles sitios.

objectos que certo vieram de longe, pois que aquela espécie de rocha não existe nas paragens d'Alvaiázere, nem n'estas proximidades se explorou em algum tempo o cobre e o estanho.

Um d'aquêles palstaves é o que os archeólogos chamam a *hacha votiva*. Foi encontrado no *plateau* da serra d'Alvaiázere, misturado em cinzas e produtos calcinados, encerrado n'um vaso de cerâmica rude, soterrado entre pedras ao alto.

Presumivelmente estas cinzas eram despojos humanos incinera-

(1) Acham-se depositados no museu da Figueira da Foz. Foram descritos e gravados no *Portugália*, pelo Dr. A. dos Santos Rocha.

os, como aliás foi uso corrente entre as populações do bronze, tendo vindo já do fim da época dos *dolmens* e continuando até aos inícios da idade do ferro. D'ali em diante a inumação volta a ser o modo d'asilar os mortos; e se, ainda os primeiros romanos queimaram os cadáveres é isso um fenómeno de revivescência do costume e não um sistema ou a regra geral.

O ténue fio da evolução dos iberos prè-históricos quebra-se n'esta época, para se encontrar de novo nos tempos proto-romanos.

Com effeito os vestígios claros da existência do homem em Alvaiázere só n'esta época tornam a encontrar-se. Mas isto não significa de modo algum que o homem desaparecesse d'aqui durante este hiato de muitos séculos. Ao contrário e vistas as proximidades da costa do mar, que ainda muito depois do período quaternário e até aos tempos proto-históricos banhou a falda ocidental da serra d'Alvaiázere, as populações iberas receberam colónias de túrdulos e fundiram-se com elas, amalgamando-se depois com os fénícios. De sorte que nos tempos das invasões romana., Alvaiázere era uma cidade cercada de brenhas, mas dispondo de largos tratos de terreno cultivado.

Na época romana, Alvaiázere estendia-se desde o sul do seu atual assento, nas proximidades da Seiceira (1), até junto do lugar das Larangeiras, tendo uma extensão de 1:500 metros.

A largura era somenos. Não ia além do meado da colina oriental e pouco ocupava da planície.

Perto da propriedade denominada a *Belmira* exumei há anos os mais inludíveis vestígios da presença dos romanos ou melhor, de luso-romanos. Restos de construção, tégulas, um necrotério, mosaicos, um pavimento recoberto de cinzas, uma moenda com o seu *manubrium*, ali foram encontrados.

Nos *Penedos Altos*, nos limites sul da freguezia, fôra há 32 anos achado um largo fragmento d'uma espada de bronze.

As moedas romanas são vulgares na paróquia, tendo eu recolhido bastantes.

E os alicerces de vasta construção existentes soterrados no limite ocidental da vila e que a tradição julga ser um convento (?), outra coisa não é senão o resto d'umas termas.

¿ Quais eram os privilégios e regalias da cidade ?

¿ Qual era mesmo o seu nome ?

Ignora-se.

O que se sabe é que, quer fosse em razão da sua posição geográfica, quer da sua importância social, a povoação, aberta às invasões desde os sarranos até Caio Calpúrnio Pisão, sofreu com as armas estrangeiras. Foi por isso que os seus habitantes estabeleceram no planalto da serra, a 400 metros de altitude sobre o vale, um acampamento cercado de muros e em cujo interior nma série de cavernas

lhes serviam d'abrigos e habitações, quando as legiões romanas lhes talavam os campos e saqueavam o que elles não tñham podido retirar das casas abandonadas. É a este acampamento que a tradição conservou o nome de *Carreira dos Cavalos*, e que um erudito (1) entendeu dever chamar *hipódromo romano*, sem atender a que n'aquelles tempos e ainda muito depois, as brenhas cerradas que vestiam todos os pendores, as florestas que cercavam a serra por todos os lados tornavam aquêlo ponto inacessível à cavalaria.

As lutas que originaram a queda do império romano fizeram que a antiga cidade perdesse muito da sua importância.

Quando os mosárabes se estabeleceram na península da Isbânia, Alvaiázere estava de tal maneira decadente que os invasores, reconstituindo a povoação, deram-lhe outro nome. *Al-bay-sir* (o campo aromático) é a designação d'uma circumstancia local (2), que não a juxtaposição ou revivescência de nomes novos sôbre nomes arcaicos.

De novo as álgaras e fossados que foram todo o sistema de guerras nos primórdios da independência portuguesa, topando Alvaiázere no caminho das mesnadas e hostes cristãs e sarracenas que se lançavam da corte de Colimbría para o sul até Belata ou vinham afrontar os castelos de Penela e de Colimbría, partindo de Santarém, molestavam muito os seus habitantes, cujo núcleo se adensava no ponto da antiga cidade romana que é hoje conhecido por *Igreja Velha*.

Bastaram as pugnas do primeiro reinado para quasi destruir em o povoado d'Alvaiázere.

Ao iniciar-se o reinado de D. Sancho I, a população era tão diminuta, que o monarca achou conveniente restaurá-la. Conservou-se-lhe a nome, lusitanizando-o, atendendo sem diúvida a que seria difícil e não haveria vantagem em suprimir uma designação que tão bem caia no ouvido popular e que a tradição tinha definitivamente consagrado.

Fôra já da zona fronteiriça e do caminho das incursões agarenas, a povoação desenvolveu-se alargando da encosta da *Igreja Velha*, núcleo mosárabe, para o sul, até ao centro d'irradiação da cidade luso-romana.

Os terrenos cultivados pouco se ampliaram. Continuaram ocupando o vale das Larangeiras até abaixo do poço do Freixo e os vales dos montes orientais até à *Belmira*. Mas as florestas do atual campo, onde o zambujeiro predominava, foram-se desbastando e nas clareiras foi-se domesticando a arborisação bravia e entregando a culturas rudimentares os terrenos marginaes do ribeiro que percorre a campina. Este ribeiro já n'esse tempo se engolfava no algar que o sepulta, para ir de novo, transposta subterraneamente a serra, abrir ao sudoeste, no *Olho do tordo*.

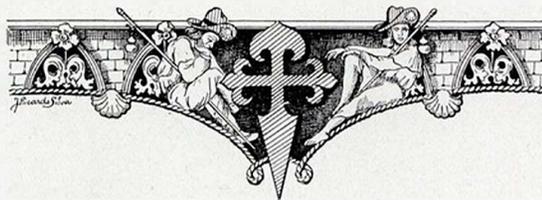
Tal era, quasi em meado do século XIII, a situação do concelho d'Alvalázere.

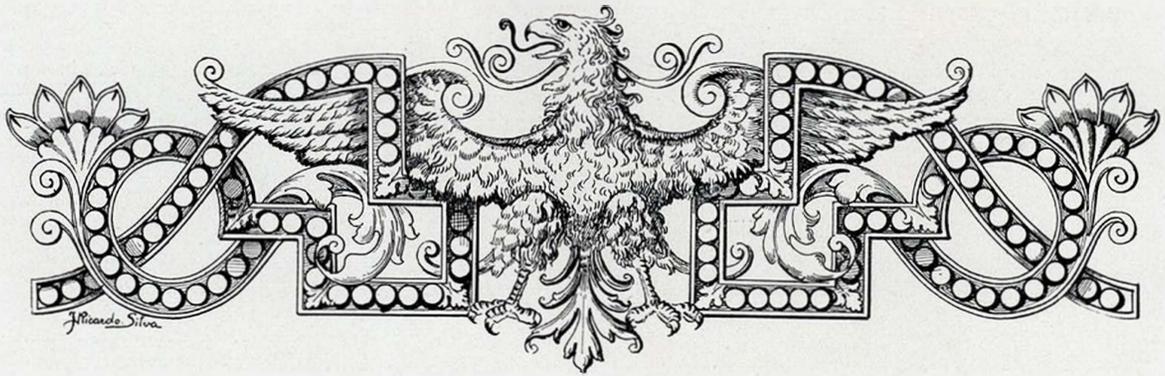
(1) Hoje compreendida no perímetro da vila.

(2) Seria o seu orago, Santo António. Este nome deu a designação ao prédio, que se nomeia: Cerrada de Santo António.

(1) Dr. F. Ferraz de Macêdo. *Lusitanos e Romanos*.

(2) Deriva d'uma enorme quantidade de salva e tomilho existentes na campina d'Alvalázere e na serra e nas colinas que a rodeiam.





OS QUE FORAM PARA SABOIA COM A INFANTA DUQUEZA

Conferencia pronunciada no Instituto Luso-Italiano, sob a presidencia de Sua Excellencia o Barão de Valentino, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de S. M. o Rei de Italia.

SE o casamento da filha do progenitor da casa de Aviz com o rico duque da Borgonha foi facto transcendental para a historia diplomatica cultural e economica da Flandres e Portugal, pela consolidação que permitiu das grandes relações economicas e intellectuais deste recanto da Europa com o centro da maior civilisação e trato do século XIV, e se os matrimonios da suave D. Leonor com o bisonho Frederico III, e da formosa D. Isabel com Carlos V, âmbas cezareas magestades do Sacro Romano Imperio, lusem no historia da Pátria e da joanina dinastia pela altura do sólio a que ascenderam, não é menos digno de memoria a aliança da glauca cruz de Aviz com a cruz branca de Saboia, no tálamo da Infanta D. Beatriz e do Duque Carlos III.

Não que o estado saboiano de então pudesse medir-se com o opulencia comercial e o brilho cultural da Flandres burgonhesa ou da vastidão do Imperio; não que a tiara de Carlos V pudesse comparar-se ao modesto diadema ducal de Carlos de Saboia, mas porque se a aliança flamenga da segunda dinastia foi o selo da expansão europeia de Portugal para o norte e de assimilação da mais apurada cultura do fim da idade média, o casamento italiano foi o fecho da expansão portuguesa para o centro e sudeste da Europa, e da sua integração nos fulgores da neo-classica cultura.

O casamento de Isabel de Portugal com Carlos o *bom* de Saboia teve uma importancia bem-maior do que aquela que os nossos historiadores, e até os proprios contemporaneos, lhe tem attribuido, todos de acordo com as primeiras reservas do pai em mandar prévia e secretamente saber do estado e poderio do Duque, concordes todos de quem dera em épocas de menos esplendor uma princeza para o tálamo do Duque de Borgonha e outra para o tálamo real da Alemanha, entenderia, e entendia muito bem como apoiou Souza Viterbo, que era baixar da sua prosapia contrair um casamento com uma entidade evidentemente de somenos importancia. Não viram que D. Manuel aproveitou habilmente o empenho politico e quasi mercantil do depauperado Duque na aliança endinheirada, para tentar lançar raizes de lusofilismo no norte da Italia e no centro da Europa, a ponto de se valer de uma larga sementeira de fortes laços de sangue para cimentar essa harmoniosa e expansiva politica, como vamos ver.

Foi um contrato sinalagmático em que cada um dos contraentes procurou muito legitimamente realizar o seu interesse: o duque restaurar o seu tesouro exausto por continuas guerras, e obter apoio duma potencia que se alevantou quasi subitamente no jogo politico do mundo de então; o rei, o de firmar no coração da Europa um fulcro de influencia que seria um trunfo no equilibrio com a politica francesa dirigida por Francisco I que cubicava os lucros tirados pelos portugueses do seu commercio e navegação para as Indias, e ao mesmo com a politica espanhola do imperialismo sempre crescente de Carlos V, e até com a politica romana do papado.

E, em boa verdade, o estado saboiano, que se compunha então do condado de Niza no Mediterraneo, do principado do Piémonte na Italia cisalpina, e do ducado da Saboia, medianeira entre a Suissa e a França até às vertentes do Ródano, aproximando-se do ducado da Lorena e do Imperio, estava numa posição geografica eminentemente favoravel para semelhantes vistas politicas.

Não foi tambem apenas este casamente ensejo a D. Manuel de mostrar com vistosa e fortissima armada á Italia e ao mundo civilizado do seu tempo o poderio naval do nosso pais, mas ainda o de enviar á Patria dos Médicis e de Leão X, encendiada então pelo fogo refuigente do renascimento, uma proveitosa missão de estudo que, mantendo-se lá perto de um ano, haveria de voltar ao Reino com o proveito de uma mais apurada policia e cultura.

Nem de outro modo se explica a sua anuencia ao pedido matrimonial do principe italiano, a importancia que lhe concedeu, o dote avultadissimo que esportou, a faustuosa comitiva que com a filha lhe enviou, a representação diplomática que o Reino no ducado manteve, sobre-tudo certa clausula do contrato antenupcial que havemos de analisar, e o destino da maior parte dos membros da casa da Princesa, que não foi obra do acaso, mas evidentemente de prévia combinação.

Para o verificar basta seguir, quanto podemos, os passos dalgumas das pessoas que naquela manha de 3 de Agosto de 1521, ali, defronte do Terreiro do Paço, levantaram ferro em direcção a Niza, que assim chamavam os nossos antigos á elegantissima *Nice* do afrancezado vocabulario de hoje.

*

* *

Naquella tarde de segunda feira, que se contava 5 de Agosto do ano de 1521—festa que se celebrava de Santa Maria das Neves—do Paço da Ribeira saia um luzido cortejo de damas e fidalgos, precedidos de porteiros, mestres salas, reis de armas, porteiros da maça, charamelas, sacabuxas, trombetas e tambores, levando deante dela D. Diogo da Silva, Conde de Portalegre, mordomo-mór da Casa Real.

Era a Duqueza de Saboia, Infanta D. Biatriz, que abandonava a Patria e casa paterna e se embarcava para os estados de seu marido, sendo acompanhada neste momento por seus pais e irmãos. Vieram todos ter a um caes ricamente alcatifado que entrava pela agua adentro, por onde embarcaram num grande batel todo embandeirado e toldado de popa á proa de brocado de veludo, que era seguido por outros semelhantes, dirigindo-se para bordo das naus, galeões, e galés reais, sumptuosamente empavezadas que se balouçavam na leve ondulação do estuario.

Era esta a esquadra que levaria a Duqueza á sua

nova Patria, sendo capitaniada por aquella celebrada nau, Santa Catarina, tão forte, tão formosa, tão veleira, tão sumptuosamente guarnecida, com seu enorme toldo de mais de mil covados de pelo carmesim e branco, forrado de damasco azul da China, dando de ambas as partes na agua, com suas duas bandeiras reaes, oitenta e quatro estandartes, e inumeras flamulas, grimpolas e gonfalões de damasco vermelho e branco, sementeados de douradas esferas, que o barrigudo e galhofeiro cronista de tão brilhantes acontecimentos, o moço da escrevaninha, o pitoresco, o delicioso Garcia de Rezende, no seu saboroso estilo nem ousava descrever, comquanto afirmasse que «era cousa espantosa, e muito para folgar de ver».

Com efeito, o magnifico senhor da Conquista Comercio e Navegação do Etiopia Arabia Persia e da India, caprichára em mostrar ao genro e seus visinhos o seu poderio e opulencia.

A' noiva, dotára-a com regio dote de 150:000\$000 cruzados, nos quais ia incluido o aparatoso enxoval com 50:000\$000 cruzados em joias, prata de serviço da sua mesa e câmara, capela, guarda-roupa, e estrebaria, em corregimentos da sua casa, ornamentos, tapeçarias, e outras meudesas, e mais se compremetera a transportá-la á sua custa e despesa até á cidade de Niza, ou porto de Vila-Franca, como cumpria ao seu estado, magnanimamente ponderava. Para este efeito é que lá estavam no Tejo as dezoito vélas entre naus grossas, galés reaes, galeões, caravelas e uma fusta, e para digna comitiva duma «*alta Infanta portuguesa*», nesta armada que poucas vezes, ou nunca, se veria em tudo tão concertada, fez embarcar uma numerosissima companhia de pessoas principais, onde se ouviram os melhores nomes do blasonario português.

Foi de tarde, como iam disendo, que o cortejo se poz em marcha atravessando o grande salão que dava para a grande varanda do Paço da Ribeira, e já declinava o sol quando a Infanta Duqueza deu entrada na galé real, e com ela os officiais e damas da sua casa. Enquanto cai a noute calma e branda de Agosto, e sobem no ceu estrelado, os acordes das cитарas e alaúdes que continuamente tangiam, e que faziam muita saudade, como tão português e internecidamente notava Garcia de Rezende, porque era festa, mas festa de despedida, vejamos quem eram alguns dos personagens que acompanhavam a Infanta e se encontravam embarcados naquela mesma galé. Capitaneava-a D. Martinho de Castel-Branco, Conde de Vila Nova e camareiro-mor do Principe D. João, grave e autorizado fidalgo, por certo um dos mais habeis politicos do seu tempo, que soubera captar a fiança de trez successivos monarcas, e exercera os mais altos cargos politicos e palacianos, levando consigo seus quatro filhos D. Francisco, D. João, D. Antonio e D. Afonso, três genros, Afonso Perez Pantoja, Snr. de S. Tiago do Cacem, Rui de Sousa da Silva, e João Rodrigues de Sá, e tres netos, Pero Pantoja, Martin Vaz Pantoja, e Lourenço de Sousa; ia tambem o

arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa, *prelado mui principal, e de muita autoridade*, talvez enpenhado em rever o irmão, D. Jorge da Costa, o célebre cardeal d'Alpedrinha que tão alto logar marcava na Italia, então verdadeiramente o Papa romano; iam D. Francisco da Gama, o primogenito do almirante dos mares da India, aureolado pela gloria paterna do grande descobrimento do caminho marítimo, e de D. Fernando de Castro, filho maior do governador de Lisboa; ia João Rodrigues de Sá, o erudito fidalgo discipulo de Poliziano, que fora creado na lingua de Dante, e com Sá de Miranda cultivava *il doce stil nuovo*, e ia Afonso de Albuquerque, o segundo, aquele filho unico e tão lembrado daquele grande cavaleiro e grande capitão, como Goes lhe chama, o *terribil* fundador do imperio asiático português, e que nesta viagem fez grandes gastos.

Parecia que D. Manuel aproveitava aquela armada para mostrar á Italia a massa e sangue daqueles que arruinaram o opulento comercio da sua mais poderosa republica.

Mas estes formavam apenas como que uma guarda de honra, porque a Duqueza levava grande casa com officiaes proprios. Alem de desoito moços da capela, seis guardas damas, quatro porteiros de maça, oito moços de estribeira, e oito reposteiros, seis cosinheiros e homens de officio, seis charamelas, trez violas de arco, uma citara, oito trombetas, e seis tambores, ia o bispo de Targa por seu capelão-mor, por mordomo-mor João Lopes de Sequeira, um nome na historia da nossa colonisação africana pois fundára o Castelo de Guadagnabar no cabo de Guer, depois chamado de S.^{ta} Cruz, Simão Correa, Henrique Correia e Jeronimo Correa, todos três irmãos, respectivamente veadores e estribeiro-mor, e como pagens, por certo gentilissimos como a pagens soe, D. Jorge, filho do Conde d'Odemira, contal vergonteia da Casa de Bragança, e D. Braz Henriques, filho de D. Fernando Henriques, dos senhores das Alcaçovas.

Isto quanto ao elemento viril da sua casa e côrte. E as damas? quem eram as tágides que abandonavam a Pátria mãe, para ir mar fóra em busca de outra terra?

Aqui o misterio feminino, esse arreliante misterio que envolve a côrte feminina do nosso século de ouro, e que não faz senão apaixonar-nos mais por essas veladas donas pelo subtil veu do passado, e que tanto embaraçaram já o Conde de Sabugosa ao querer identificar as alvejadas pelos «por quês» de Setubal. Quem seria Isabel Cardoza que trasia arrebuques, e quem era D. Margarida Henriques a quem se chamava mau rapaz?

Quem era Dona Beatriz Pereira que falava todo o dia, e quem era a Dona Francisca de Souza autoritaria e carrancuda? Quem era Dona Maria em cujos braços descendentes dormiu o Principe Perfeto uma formidavel raposeira, uma vez, ao serão, no paço? seria a da Cunha, de Eça, de Mello, Souza ou Tavora, e quem era Dona Guiomareta, a que nunca tinha o rosto quedo, seria a de Castro, Menezes ou Henriques?

Malsofrido misterio a que o silencio dos arquivos, a homonimia, e aquela costumeira das senhoras portuguesas não usarem senão os apelidos de suas mães e avós, agravado por vezes de o irem relevar a longinquas avoengas, deixa enleada a besbilhotice retrospectiva do antiquario. Vejamos todavia o que as noticias da relação do Rezende, os informes da insulsa cronica de Goes. e as referencias dos nobiliarios pacientemente catados, nos deixam entrever sobre as damas de honor de Beatriz de Portugal e de Saboia.

A Camareira-mor era D. Leonor da Silva. Pelo seu cargo, respeitavel e sisudo, e pelos precedentes requisitos que em semelhantes postos se requeria, somos levados a supor que seria alguma dona veuva, avançada já em anos, visto que o matrimonio a inibiria de se manter sempre ao lado de sua ducal ama, e a verdura do tempo a gravidade que tal cargo exigia.

¿ Seria ela a filha do Senhor da Chamusca, e de D. Branca d'Almeida, sua primeira mulher, que fora casada com Diogo Gil Moniz, veador e reposteiro-mor que fora do Infante D. Fernando, pai d'El Rei D. Manuel, e que se achava viva ainda em 1514 como refere Brancaamp Freire nos seus *Brazões da Sala de Sintra*? O facto de ter já sua filha casada com o Conde de Odemira, de na armada ter ido seu filho Pedro Moniz da Silva, e uma sua neta, como já vamos ver, e de não encontrarmos outra em melhores circunstancias, levam-nos a aceitar a hipotese.

A primeira das suas damas era porem de notorio conhecimento: D. Mecia de Lencastre, filha do Senhor D. Diniz, e neta do 4.º Duque de Bragança D. Fernando II. Sua mãe, era espanhola, e herdeira do grande condado de Lemos, do apelido de Castro, daqueles Condes de Lemos que se haviam de gabar a Filipe V de não deverem a sua grandeza senão a Deus e á sua espada, e por sua avó paterna, era sobrinha de D. Manuel, o que a fazia prima segunda portanto de sua ama, sendo ainda irmã do Marquez de Sarria, do que depois foi Bispo de Salamanca, da Duqueza de Bragança, D. Isabel, e da Condessa de Ribadavia. Usava o apelido de Lencastre em memoria de sua bisavó a inglesa rainha D. Filipa, como o usava outra sua irmã D. Antonia, e seu irmão o comendador-mor de Cristo, progenitores ambos de duas linhas de Lencastres diferentes da fundada pelo Senhor D. Jorge, o régio bastardo d'El Rei D. João II.

Seguia-se-lhe em nascimento outra dama tambem de régia estirpe, sua parente e de Infanta portanto, D. Maria de Noronha, filha do 2.º Conde de Faro e 3.º de Odemira, D. Sancho de Faro, neta paterna do 1.º Conde de Faro, terceiro filho do 2.º Duque de Bragança, D. Fernando I, e materna de D. Leonor da Silva a presumivel camareira-mor da Infanta como atraz dissémos.

la mais Dona Inez de Melo. Era esta filha sexta de Fernão Vaz de São Payo, 4.º Senhor de Vila-Flor, São Payo, Vilas-Boas, Moz, Frechas, Chacim, Bemposta, e Parada de Pinhão, 1.º alcaide-mor de Torre de Mon-

corvo, e cavaleiro do Concelho d'El Rei D. Manuel, chefe daqueles aguerridos São Payos que haviam defendido Traz-os-Montes dos castelhanos em tempo de D. Fernando e D. João, e de sua mulher D. Leonor de Tavora, filha dos Tavoras, senhores do Mogadouro. Em memoria de sua avó D. Mecia de Mello, que tambem fora dama do paço, dos Mellos alcaides mores de Evora e de Castelo de Vide, tomára este apelido, e era irmã de D. Brites de Mello que daí a poucos anos partiria para Castela, tambem como dama, da Infanta D. Isabel, Imperatriz de Alemanha, mulher de Carlos V.

Outra das damas era D. Francisca de Lacerda, filha de Rui Dias Pereira, alferes-mor d'El-Rei D. Manuel, que em moço servira seu pai, o Infante D. Fernando, e se distinguira na India para onde passára em 1506, por capitão de uma das naos da conserva de Tristão de Cunha.

Outra, era Dona Inez de Brito, nascida de outro oficial-mor que fôra da Real Casa, Jorge de Brito, copeiro-mor de D. Manuel, tambem capitão do Oriente, para onde partira em 1516 com Lopes Soares d'Albergaria, despachado com a fortaleza de Maláca.

Iam mais D. Maria de Menezes, D. Joana de Menezes, ou de Castro como depois em Italia se apelidou, D. Isabel Henriques, e D. Beatriz de Mascarenhas, neta do valente capitão dos ginetes da guarda d'El-Rei D. João II.

Figuram ainda na relação das damas três senhoas que, por não serem de tão excelsos nascimentos lhes não dão as crónicas o título de Dom: eram elas Guimar Cardoso, Francisca Tavares, e Inês de Aguilera. A Cardoso, era filha de Gonçalo Cardoso de Carvalho, chamado o da Taipa, de alcunha, por ser dono de uma grande quinta deste nome junto a Lamego, que fôra vedor da fazenda do Infante D. Fernando, na Beira e Minho, e de sua mulher Maria Rodrigues Pereira, irmã da celebre Justa Rodrigues, a fundadora daquela linda igreja e mosteiro de Cristo que hoje ainda se admira ali em Setubal, ama de El-Rei D. Manuel, e de cujos amores com o bispo da Guarda, provinham os Manueis, Senhores de Atalaia — uma trapalhada palaciana de que haveria muito que falar. Inez de Aguilera, deve ser, no sentir do eruditissimo Sousa Viterbo, Inez Alvares, a ama da Infanta, que casada com um rico proprietario de Estremoz, Sancho Tavares, de quem tivera quatro filhos, respectivamente Isabel, aquela misteriosa dama alemtejana requestada por D. Manuel e que lhe deu uma filha, Joana, a mãe da Menina e Moça, a formosa Aonia de Bernardim Ribeiro donde por estas ligações surgiu a lenda da paixão do poeta pela Infanta D. Biatriz, Maria, e Francisca. Esta ultima é aquela Francisca Tavares de quem falam os cronistas, que apontam ter ido para Saboia com a Infanta Duqueza, e que assim, teria ido juntamente com sua mãe, e sua irmã colaça, a princesa portuguesa.

Completava-se este feminino seguinte com numerosas moças da camara, e guarda roupa, uma guarda

das damas, por certa medonha *duêna* de farto bigode, e escravas brancas. Nunca Infanta de Castela, Leão ou Aragão ao compartilhar o trono português havia trasido tão larga comitiva; nunca Infanta de Portugal havia levado tamanho trem de casa.

Visados os passaportes de tão numeroso e gentil pessoal, sigamos-lhe os passos pelo mar e vida fóra.

Feitas as despedidas, quarta feira, 7 de Agosto, em que por certo mais de uma scena comovente houve, que apesar de ser tempo de tão grandes festas, as lagrimas que com saudade se choraram, diz Rezende, eram tantas que mais não poderam ser se fôra tempo de grande nojo, quinta feira pela manhan, ás oito horas, a armada levantou ferro, indo fundear em Belem, donde a Infanta recebeu a ultima visita e benção de seu pai, e donde por uma janela da sua camara lançou o ultimo olhar sobre sua terra natal; na sexta passaram por defronte da fortaleza do Restelo, fazendo-se finalmente ao mar, no sabado, dia de São Lourenço.

Chegaram a Vila Franca, depois de quarenta e nove dias de viagem, em Setembro, dia de São Miguel, á noute.

Estiveram oito dias em Niza, onde a Infanta entrou solenemente a 3 de Outubro, seguida da sua corte de portugueses, computada pelo italianos em 5.000 pessoas, que deslumbraram os saboianos com a opulencia dos seus vestidos de tres sedas, golpeados e feitos em tiras, rutilantes de firmais, pontas e botões por todos os golpes, e ataviados com guarnições de colares e cadeas a tiracolo, espadas, estoques, adargas e punhais, esmaltados de ouro e cravejados de pedraria.

Finalmente ao cabo de uma semana de festas nupciais, entrou-se na vida quotidiana, seguindo cada um o seu destino. Os fidalgos portugueses, que iam como simples escolta, a mor parte reembarcam para voltarem á sua Patria. Alguns seguiram para outros estados da península, em viagem de instrução ou recreio, como o filho do duque e conquistador de Goa, que se dirigiu a Bolonha ou Ferrara, donde voltaria com o os planos das suas loggias e os seus dela Robia para a Bacalhoa, e das fachadas facetadas para a sua Casa dos Bicos, como os vira nos palacios dos *Diamantes* e dos *Bevilacqua*.

A Infanta Duqueza foi pelo marido levada para Turim com bem diferente cómodo por sinal, de que estava acostumada na luxuosa corte paterna, montada numa réles faca, apenas com dois moços de estribeira. Alguns portugueses, que por a servir a quiseram seguir foram disso impedidos por ordem do duque e pelas alabardas de uns cem alabardeiros que lhes tolheram o caminho ao atravessar de uma ponte.

Apenas a podéram seguir propriamente os officiaes que trouxera de sua casa, e, em boa verdade não eram poucos a concorrer com os naturais: os trez irmãos Correias, o fiel Diogo da Costa seu gentil-homem que de Saboia haveria de fazer viagens á Patria em serviço de sua ama, Alvaro Fernandes, seu escudeiro, D. Alvaro

Rodrigues que foi depois seu capelão-mor em successão do bispos de Targa, Gonçalo Gomes, tesoureiro das damas, Antonio Guerra, falcoeiro, Pedro Paredes, guarda das donzelas. Diogo Lopes, porteiro, Henrique Fernandes, Lopo Gonçalves, Filipe Rebelo, João Pires, Antonio Fernandes, e os físicos Mestre Tomaz, Mestre Fernandes, e João Rodrigues, Gaspar de Sequeira, uchão, João de Lousada, mantieiro, Francisco Homem copeiro, Affonso Manhoz, tesoureiro da capela, e porventura outros cujos nomes ficaram no esquecimento, mas que nobre e fielmente a serviram até á morte.

Seguiram-na tambem, claro está, suas damas, não sem muitas lagrimas e lamentações, pois em vez das ricas selas e andilhas de veludo adornadas com vistosa chaparia, que a Infanta levava na sua bagagem para serviço das suas camareiras, as montaram em chibaos de aluguer, com varas na mão para os tocarem, sem companhia de homem algum, o que as fazia cair a cada passo pelos asperos caminhos do Piemonte. Pranteavam sua orfandade, diz um manuscrito da biblioteca de Ajuda, citado por Sabugosa, e a pouca honra e gasalhado que dos saboianos recebiam. Triste lua de mel para a noiva, e desilusão amarga para as meninas que bem traziam outros sonhos.

Mas porque abriu para elas o Duque esta excepção e as não correu como aos companheiros? Porque a isso se tinha obrigado pelo pacto ante-nupcial e porventura anexos protocólos ou verbais compromissos que completavam em detalhe as linhas gerais da solene e publica escritura.

«Item, si quando inter aliquam, ex ipsius illustrissimae Dominae Infantis Domicellis, et aliquam ex illustrissimi Ducis seruitoribus seu subditis tractatibus matrimonium, proefatus Dux tali coniugo se intromittere, et ipsi coniugibus quod ei videbitur elargiri debeat».

D. Manuel parece haver se empenhado em que não fosse apenas a filha quem atasse os laços de sangue atraz dos quais os outros politicos, economicos e culturais haviam de seguir. Quizera um mais forte, mais extenso pacto inter-nacional, e impusera um certo numero de damas que sob a protecção dos ducaes esposos haveriam de se matrimoniar na itálica peninsula. Para isso havia recrutado aquelas onze damas que na miragem de bons casamentos, e na aparente justificação de mitigar saudades á régia princesa sua filha, ao eterno exilio se condenavam.

E' isto o que nos parece ver na marcha das cousas, e até pela rapidez com que se começaram a efectuar os seus matrimonios. Claro está que no reino haveria uma certa crise de casamentos: as praças de Africa e o trato da India absorvia uma quantidade grande de varões, mas por outro lado não se nos afigura que seria difficil encontrar ligações para quem fosse das principescas e opulentas linhagens dos Duques de Bragança, e dos Condes de Faro, ou de quem tivesse uma mãe que a dotasse com 1.800 cruzados, dos 5.400 que D. Manuel lhe deu, como se sabe, por exemplo, de D. Beatriz de Mascarenhas.

Que eram formosas todas e donairosas, com aquella timida graça portugueza que os estrangeiros nelas teem sempre encontrado, é presuposição evidente e necessaria, que Gil Vicente aliás abona, e o cronista Rivóli, que as achou «di bellissima faccia», confirma. Seguiram a vida da sua ama e senhora que para elas procurou minorar a orfandade que a si proprias se impuseram. Como verdadeira mãe as dirigiu e amparou, e como verdadeira mãe lhes procurou o varonil amparo, completando ainda e assim a alta politica a que obedecera o proprio casamento, politica que, sem deixar de ser a mulher verdadeiramente varonil na defeza dos interesses da sua patria adoptiva, ela soube conduzir em favor da sua Patria Mãe, como por exemplo levando o cunhado, Duque de Nemours a favorecer a nossa causa nos negocios relativos á Carta de Marca, de João Ango.

São verdadeiramente enternecedores os termos com que por exemplo se refere a Duqueza a D. Beatriz de Mascarenha em carta dirigida ao secretario de Estado Antonio Carneiro.

Iniciára a Infanta a infusão do luso sangue em nobres troncos da sua adoptiva patria, e casára-a com o Conde de Cresenty. Da dama e do consorcio diz a Princesa:

«Muito honrado Dom Antonio d'Ataide eu a duqueza de Saboya Infante de Portugal etc. vos envio muyto saudar já sabereis como casey con a Beatriz Mascarenhas cô o conde de Cresenty pessoa de muito boa casa e Remda de que ella está muito bem casada e eu so muito contente porque alem desto a trata muyto honradamente» e referindo-se em seguida á mãe da noiva que se achava remissa no pagamento da parte do dote que havia prometido, pondera a Duqueza: «e posto que este longe della esta muyto perto de my para todo o favor e merece que lhe for necessario eu lhe fazer e procurar o seu descanso».

As outras seguiram o mesmo caminho, cegas instrumentos nas mãos da diplomacia.

Encontrariam a propria felicidade? *Chi lo sa?*

D. Maria de Lencastre maridou-se por altura de 1527 ou 28 com Renato, Conde de Chaland, marichal Saboia, Principe de Valangien, na Suissa, e barão de Beaufremont na Lorena, tendo-a sua ama, a Duqueza Infanta, dotado com dez mil escudos de ouro.

No estado já de viuva a reviu em 1528 D. Constantino de Bragança, que de Paris fez caminho de regresso á Patria pelo Piemonte expressamente para visitar a Condessa e dela trazer noticias á saudosa irmã, sua cunhada a Duqueza de Bragança, D. Isabel. Já lhe deviam alvejar os cabelos, e esfumados seriam as lembranças do seu Portugal.

D. Maria de Noronha, a filha do Conde de Faro, essa casou-se com o Conde de *Trassois*, de quem diz Affonso de Torres não teve filhos.

D. Inez de Mello, ou de Tavora, como aparece depois apelidada em Italia, a dos transmantanos São

Payos, consorciou-se em Pavia, na Lombardia, com o Conde Pietro di Botigella, a quem os nossos nobiliaristas chamam Pedro Buticer, de quem houve descendencia. Dona Francisca de Lacerda recebeu-se com o milenez Marquez de Incisa, para cujo casamento o Duque se comprometeu a satisfazer uma parte do dote.

Dona Maria de Menezes, contraíu matrimonio com o Conde de Frossasco, daqueles Monbelli di Frossasco que tomaram uma parte tão activa no governo e politica do estado saboiano de então.

Dona Inez de Brito, casou com Carlo di Monbello, o filho herdeiro do mesmo Conde, havido certamente de um outro casamento anterior.

Tambem sabemos ao certo ter contraído matrimonio D. Joana de Castro, a quem sua ama dotou com 6:000 escudos douro, não conseguimos apurar porem o nome do consorte. Francisca Tavares, a colaça da Infanta Duqueza, casou por alturas de 1528, com João Duyn, barão de Vala-Ilera, Snr. de Combefort, e Visconde de Tarentaire (c. g.), e não seria ela estranha á publicação em Ferrara da Menina e Moça, em 1554.

Guiomar Cardosa, finalmente tornou por marido o Conde de *Lis* ou *Liste*. Este Conde de Lis, a acreditar em Rangel de Macedo e Manso de Lima, era nem mais nem menos que um português a quem o Duque de Saboia concedera o mencionado titulo, aquele Simão Correia que acompanhára a Infanta sua mulher como veador da sua casa, e que atraz apontámos.

Um filho seu, de nome Pedro Alvares, casou em Saboia tambem, com D. Catarina Grimaldi filha do Barão de *Bilho* no dizer de nossos genealogistas, de quem teve entre outros filhos a D. Luisa Grimaldi que foi mulber de Vasco Fernandes Coutinho, de quem porem não teve geração.

Uma sua neta, D. Luiza, *Grimaldi* tambem, filha do seu primogenito, foi mulher de Miguel de Azeredo, capitão do Espirito Santo, no Brazil, com descendencia em Portugal, e possivelmente em Terras da Santa Cruz.

Estas multiplas ligações destes Correias com o duca-do e subditos da Infanta D. Beatriz tornaram-nos conhecidos até pela designação de Correias de Saboia. Deve haver ainda descendentes destes Grimaldis Correias em Portugal, sendo para notar que em Roma ha tambem Correias, possivelmente descendentes deste mesmo Simão Correia.

Outro portuguez que tambem lá pela Italia ficou, e subiu a grandes alturas foi Antonio de Gouveia, que chegou a ser senador e conselheiro de Estado do duque Carlos Manuel; foi pai de Manuel Felisberto, creado em 1619 conde *della Perosa e Valle*; primeiro presidente da *Camera dei conti*, ou vedoria da fazenda como diriamos cá, e progenitor da illustre familia italiana dos *Goveani*.

Das damas portuguesas deve ter ficado tambem pela Italia larga geração: se da Condessa de Frassois não ficou descendencia segundo consta por Afonso de Torres, já por exemplo da Condessa de Chaland, ficaram duas filhas: Isabel de Chaland, primogenita, que

casou com Frederico barão de Madrazzo, Conde de Ave e de Arveg, Marquez de Suriano no Condado do Tirol; e Filisberta de Chaland, casada em Milão em 1565 com José de Tornielle, Conde de Brionne e de Salarolle, soberano de Baringh, de Casalin, etc., de quem proveio larga posteridade que toca ás principais familias do antigo ducado de Lorena, e em primeiro logar aos marquezes de Gerbevilliers.

Tambem da mulher do Conde Pedro di Botigella sabemos pelo menos de uma filha D. Arcangela de Tavora, que voltou por sinal para a patria materna, onde foi dama da rainha D. Catarina, e casou com D. Luiz da Cunha, Snr. de Santar, de quem procederam os demais Snrs. de Santar, Condes e Marquezes de Santar, em Espanha depois de 1640.

Emfim não é a nós que cabe, deduzir a descendencia destas illustres donas portuguesas, uma vez que passaram a estranha terra e que o seu sangue correrá em veias peregrinas.

Limitámo-nos a explicar e evidenciar a importancia politica que se ligou á sua emigração e aos seus matrimonios. Não faltam em Italia engenhos sabios e eruditos que possam prolongar até os nossos dias o caudal de sangue português que pelo casamento da Infanta Duqueza se infiltrou no Piemonte. Se aqui estivesse presente, como tanto estimaria ver, o meu illustre companheiro no Congresso Internacional de Heraldica e Genealogia realiado em Barcelona, Snr. Duque de Vargas Machuca, presidente do Conselho Araldico Italiano, por certo que S. Ex.^a imediatamente nos improvisaria uma interessantissima lição sobre o assunto.

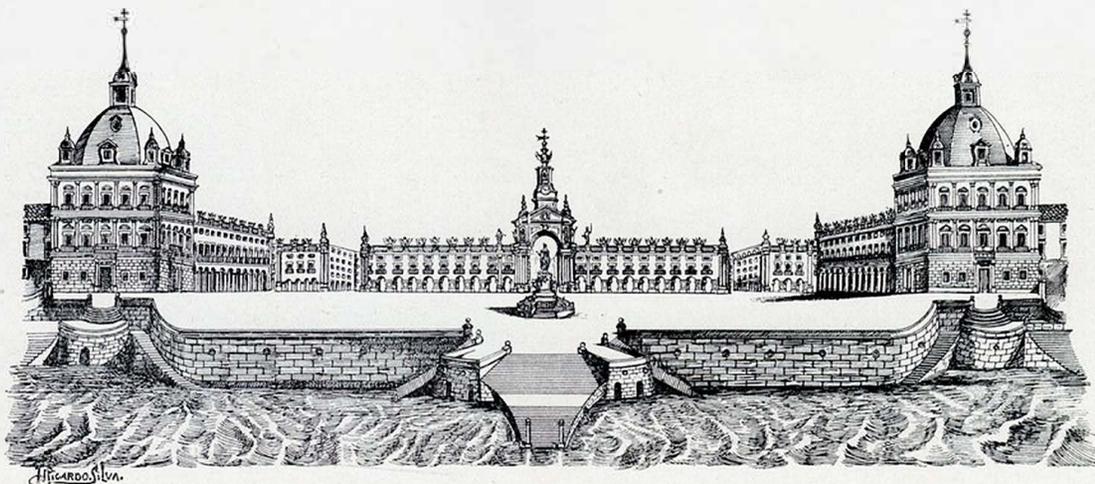
E' impossivel que o sangue portuguez que logo na geração emediata da Infanta Duqueza floriu nessa bela figura de patriotismo e bravura que foi Manuel Felisberto, não florisse tambem na descendencia dos portugueses que por lá ficaram, gerando nomes insignes nas armas, letras, sciencias e artes.

Nós, o ouviriámos com o maior interesse, e ser-nos-hia grato ver desfiar essa florescencia da nossa raça, esta raça a que se orgulhava de pertencer essa heroica cavalheiresca figura do expirar da idade média que foi Carlos o Temerario, e que lhe fazia dizer batendo de furia e de orgulho no arcabouço leonino onde lhe pulsava indómito o coração. . . *nous aultres, les portugais*. Seja ainda esta memoria daquele grande laço atado no tempo do rei venturoso o penhor da fraternidade entre estes dois povos, que sob o influxo daquela grande alma latina que, ao iniciar este trabalho eu invoquei, mostraram ao mundo, o poder do seu génio, creando entre outros mil nomes imortais, Dante e Camões, e hoje ainda, neste esfacelar e derruir de civilizações, procuram, irmanados numa mesma consciencia do seu imortal destino, salvar o espirito do seu ser, de força, de heroismo, de Fé e de beleza.

Tenho dito.

CONDE DE SÃO PAYO

(D. ANTONIO)



Marcas Commerciaes e Industriaes contendo assumptos lisboetas

Comunicação feita na Academia das
Sciencias de Lisboa, em sessão de 24 de
abril de 1930.

DESDE muito tempo que os commerciantes e industriaes teem usado marcar os seus productos, ou os envolucros dos mesmos, com signaes, letras ou rotulos especiaes, contendo umas vezes allusão, e outras vezes sem fazerem qualquer referencia aos productos ou ao nome do respectivo commerciante ou industrial.

Essa marcação tem geralmente por fim fazer conhecer os productos e acreditar-os perante o publico consumidor, ao mesmo tempo que os defendem da concorrência dos de outros, muitas vezes pouco escrupulosos, profissionaes do mesmo officio; mas não raramente, usados pelos commerciantes e industriaes de má fé, tem em vista illudir os consumidores e causar prejuizos ou incommodos aos profissionaes honestos.

Os diversos Estados tomaram a seu cargo a defeza das marcas dos individuos que as quizessem garantir, e instituiram o serviço de registo de marcas, que entre nós funciona na Repartição da Propriedade Industrial, por onde teem passado, requeridas a registo, até 31 de dezembro de 1929, cerca de 39300 marcas nacionaes, — commerciaes e industriaes — que na sua maioria teem sido registadas. O diploma que regula este serviço é o decreto de 28 de março de 1895, modificado pelos decretos de 1 de março de 1901, e de 16 de

março de 1905, e, para effeito dos mesmos, os productos a marcar, tanto do commercio como da industria, foram agrupados em classes, sendo garantida cada marca para todos os productos abrangidos na respectiva classe.

Nas marcas figura tudo: desde simples letras e signaes incompreensiveis, fachadas de edificios, ruas e praças, monumentos, retratos, typos populares, etc., até aos desenhos evocativos dos grandes acontecimentos que impressionam a opinião publica, taes como, entre nós, os centenarios commemorativos da morte de Camões, do descobrimento do caminho maritimo para a India, do nascimento de S.^o Antonio, a implantação da republica, a primeira travessia aerea do Atlantico por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, artistas e espectaculos theatraes e cinematographicos em voga, etc. Folheando os albuns de marcas da repartição respectiva, é interessante observar como a historia e a vida da nação se reflectem n'esses pequenos rotulos, que em regra teem uma duração ephemera, como na vertigem da vida social moderna teem os factos que n'elles se commemoram, relegando os mais remotos para o arcano de recordações mais ou menos saudosas.

Os desenhos das marcas não revelam, em geral, da parte dos seus auctores, um grande esforço artistico. Pode dizer-se que as marcas do registo nacional em que se encontram desenhos mais primorosos e vistosos são as applicadas em caixas de charutos e em garrafas; nas destinadas a outros productos, os desenhos que chamem a attenção pelo lado artistico são méras excepções.

Expostas estas considerações geraes, vamos vêr como os assumptos lisboetas teem interessado os lapis dos desenhadores, e produzido até 31 de dezembro de 1929, 170 marcas nacionaes — algumas repetidas, para applicação a productos de varias classes da tabella — que teem passado pela repartição, requeridas a registo, registadas, recusadas, cancelladas e caducadas. Além d'estas, ha mais algumas dezenas, usadas pelos commerciantes e industriaes, que elles julgaram dispensavel submitter a registo, mas cujo numero exacto não é possível determinar.

Estas marcas são geralmente lithographias em papel ou cartão, e quasi sempre coloridas; as destinadas a sardinhas, a azeite e a outros productos que se vendem em caixas de folha, são estampadas na propria chapa das caixas; algumas são photogravuras; e ainda uma é applicada por meio de estampilha recortada em chapa metallica, e outra gravada no proprio producto.

Em geral não teem estas marcas qualquer indicação do nome do desenhador, nem mesmo da lithographia onde são feitas; comtudo ha duas marcas, das mais artisticas e interessantes da serie lisboeta, que teem a subscrição de serem desenhadas e lithographadas por Henry Gris. As outras officinas d'onde teem sahido marcas, gravadas e lithographadas, com indicação da proveniencia, são: Lith. Matta & C.^a, de Portugal, de Lisboa, Artistica, Esperança, Salles, Nacional (Porto), A Illustradora, P. Marinho, Freire gravador; e os desenhadores que subscrevem algumas marcas são: A. Moraes, J. Alves, Mirandela, Raphael.

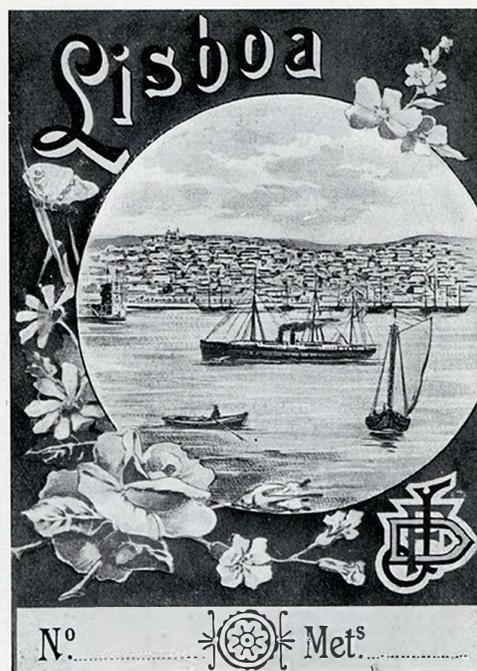
Podem ordenar-se as marcas com assumptos lisboetas, nos seguintes grupos, conforme o objecto ou a referencia que conteem:

- 1.º — Vistas de Lisboa e do seu porto;
- 2.º — Torre de Belem;
- 3.º — Igrejas;
- 4.º — Monumentos;
- 5.º — Estabelecimentos industriaes;
- 6.º — Estabelecimentos commerciaes;
- 7.º — Ruas, praças, pontes, edificios publicos e theatros;
- 8.º — S.^{to} Antonio de Lisboa;
- 9.º — Typos populares;
- 10.º — Escudo d'armas de Lisboa;
- 11.º — Denominações;
- 12.º — Diversos assumptos.

As indicações que vamos fazer relativas aos proprietarios das marcas registadas são as constantes dos livros da Repartição da Propriedade Industrial, referidas ao dia 31 de dezembro de 1929. Muitas d'ellas teem soffrido alterações e transferencia de proprietarios; varios estabelecimentos com marcas registadas teem findado; diferentes marcas teem desaparecido do mercado. Passamos porém em claro todos esses incidentes, porque não os julgamos de grande interesse para os fins do presente estudo.

1.º — VISTAS DE LISBOA E SEU PORTO

Ha uma marca, já caducada, de Joaquim Dias Ferreira (n.º 3849), que representa uma parte da cidade de Lisboa vista do mar; n'ella apenas se podem identificar a muralha marginal maritima, a torre de Belem, e as torres da igreja da Estrella; o resto da composição



N.º 3849

consiste em casas mettidas a esmo; era destinada a chitas.

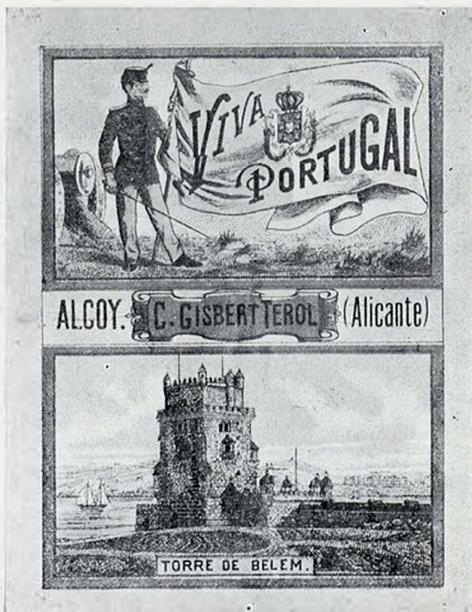
Outra marca (n.ºs 7210 e 18398), apresenta a muralha do caes, e seus armazens do porto; no horizonte perfilam-se as torres da igreja da Estrella e a torre de Belem; pertence á firma Manuel A. F. Callado & C.^a, e destina-se a pacotes de secante.

N'uma terceira marca, que não chegou a ser registada, figura uma das projectadas pontes sobre o Tejo, entre Lisboa e Almada; era destinada a pannos de algodão.

2.º — TORRE DE BELEM

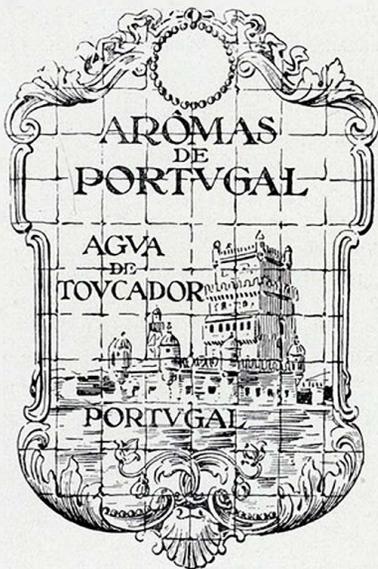
E' este o monumento lisboeta que mais tem attraído a atenção dos commerciantes e industriaes para figurar nas suas marcas, havendo cerca de 50 em que se vê esta joia da architectura manuelina, ora como assumpto principal, simples ou estylisada, ora como accessorio ou quasi perdida no meio dos outros motivos da ornamentação da marca.

Na impossibilidade de fazer referencia a todas as marcas que contem a torre de Belem, mencionaremos como mais interessantes as seguintes:



N.º 1895

a) Marca da Companhia Portuguesa Hygiene (n.º 27646), que representa um painel de azulejo estam-

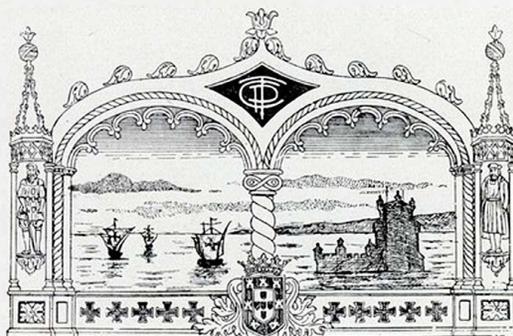


N.º 27646

pado a cores, azul e amarela, em que uma cercadura mui artistica emmoldura a torre de Belem; o colorido

e o bom acabamento da marca dão perfeitamente a illusão do que pretende figurar; destina-se a «agua de toucador», e foi feita nas officinas de Henry Gris & C.ª (Lisboa), que a subscrevem.

Marca da Companhia Portugueza de Tabacos (n.º 37798), que representa uma janella dupla em estylo manuelino, por cada um dos vãos da qual se avista uma parte do Tejo, e n'um d'elles o perfil da



N.º 37798

torre; as cores do quadro, e o emmoldurado doirado, com baixos relevos, em que se divisam os vultos do Infante D. Henrique e de Vasco da Gama, dão á marca um aspecto artistico mui interessante.

b) Duas marcas da Companhia «A Tabaqueira» (n.ºs 37407 e 37412), tambem teem como assumpto principal a torre mettida n'uma cercadura em estylo ma-

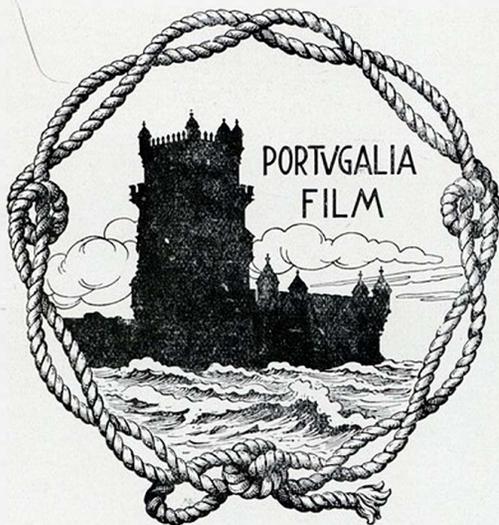


N.º 37407

nelino; as cores azul e amarela estão mui bem combinadas para darem á marca um aspecto attrahente.

c) A Companhia «Portugalia Film, L.ª» apresenta na marca (n.º 21159), o perfil da torre em negro, envolvida por um cabo em anel formando moldura; e J. N.

dos Santos e M. d'Albuquerque registaram uma marca (n.º 38541), tambem destinada a fitas cinematographi-



N.º 21159

cas, que figura um painel de azulejo com uma moldura em estylo manuelino; o objecto do quadro, como na anterior marca, é apenas a torre de Belem.

d) A travessia aerea do Atlantico por Gago Coutinho e Sacadura Cabral suggeriu algumas marcas, nas quaes, ao lado da torre de Belem, evocação da passada façanha de Vasco da Gama, se commemora com um



N.º 30850

avião o heroico feito d'aquelles illustres officiaes da marinha portugueza; taes são as marcas de Lourenço Fernandes (n.º 30850), destinada a vinhos; de C. Fuzeta (n.º 30248), e de J. J. Tavares (n.º 30081), destinadas a conservas de peixe; e a de Paulino & Irmão (n.º 32955) destinada a azeite.

e) Como delicadeza de desenho e de estampagem deverão mencionar-se as marcas de J. N. Daries & C.ª

(n.º 3106), destinada a vinho, e a de Santos & Mendonça (n.º 5689), destinada a conservas de sardinha.

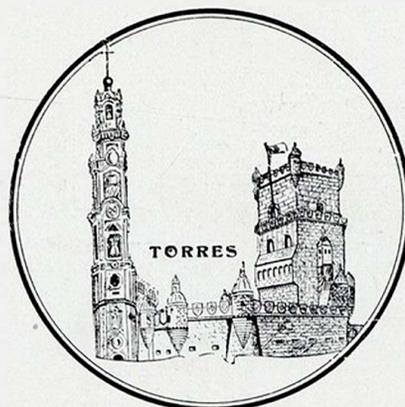
f) São tambem dignos de menção: o rotulo para vinhos, de Spratley & C.ª (n.º 38329), feito em duas tiragens, mostrando a primeira a torre em tom esbatido, e consistindo a segunda em grinaldas de parras e cachos d'uvas, e nos dizeres sobrepostos á torre; e a marca colorida e mui vistosa da Fabrica Ancora



N.º 3968

(n.º 3968), destinada a licor de ginja, em que a torre, estampada a sépia, se destaca no meio dos outros motivos da ornamentação do rotulo.

A marca de J. E. de Mattos Ferreira (n.º 36134), destinada a envolveros de pasteis, apresenta a idéia

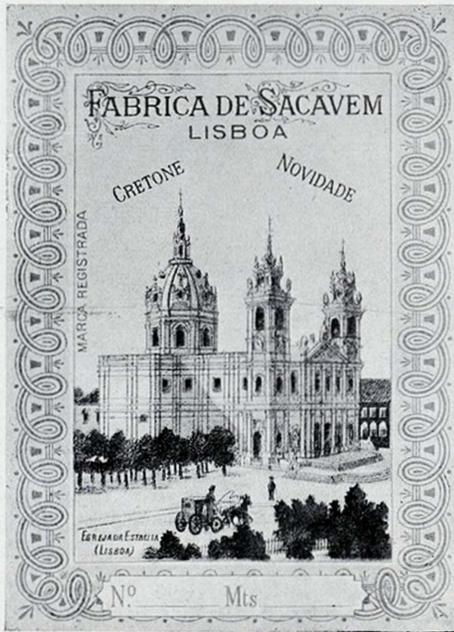


N.º 36134

original e extravagante, da collocação da torre de Belem ao lado da torre dos Clerigos, da cidade do Porto.

3.º—EGREJAS

A igreja que mais tem predominado nas marcas é



N.º 2360

a de S.^{ta} Maria de Belem. O commerciante Jeronimo



N.º 6862

Martins escolheu o convento e a igreja dos Jeronimos para figurar em algumas marcas da sua casa, des-

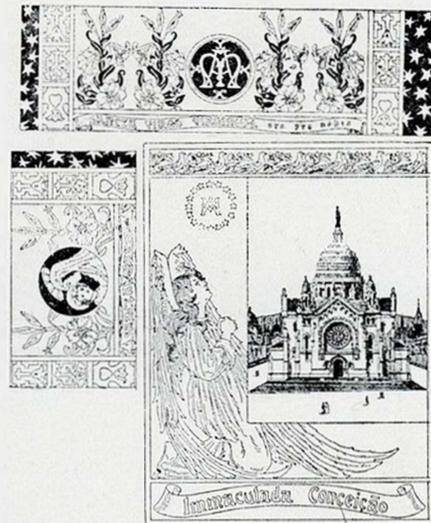
tinadas a diferentes productos (n.ºs 6560, 6860, e outras).

Outros industriaes e commerciantes adoptaram o mesmo templo como objecto decorativo para as suas



N.º 32263

marcas; e além d'este ainda se encontra a igreja da Estrella na marca de J. Coelho (n.º 32263), destinada a velas de illuminação, e a igreja de S. Paulo na marca



N.º 8749

de P. dos Santos Alves, L.^{da} (n.º 9052), destinada a latas de rebuçados.

Quando se pensava em erigir em Lisboa, na actual

Rua Viriato, um templo com a invocação da Immaculada Conceição, uma firma commercial A. N. da Silva & J. E. da Silva tratou de fazer registar duas marcas (n.ºs 8749 e 8750), destinadas a caixas de papel de cartas, em que figuram os projectos de dois aspectos d'essa egreja; o templo não passou dos alicerces, e sobre estes



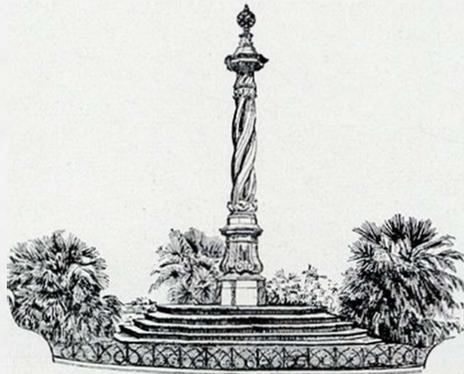
N.º 18652

construiu-se a Maternidade Alfredo da Costa; a marca desapareceu.

4.º — MONUMENTOS

Os monumentos de Lisboa que figuram nas marcas são:

a) De Eduardo Coelho (n.º 8064), de Basto & Baptista; destinada a papel de cartas.



N.º 13357

b) De Eça de Queiroz (n.º 7181), de Mattos & Figueiredo; destinada a pannos de algodão; foi recusada.

c) De Luiz de Camões (n.º 23194), de Policarpo, Ramos & C.ª, destinada a latas de conserva de sardinha.

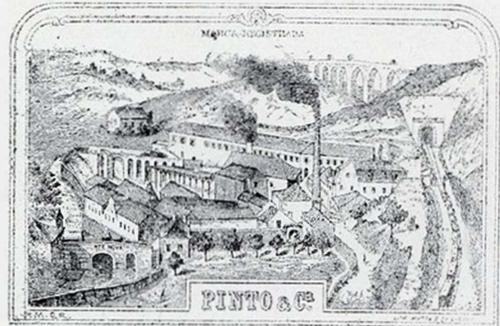
d) De Affonso de Albuquerque (n.ºs 18652 e 18653), de Correia & Mattos, L.ª; destinadas a vinho e a azeite.

e) Dos Restauradores (n.º 29142), de Correia, Sousa & C.ª, destinada a conservas de peixe.

f) Estatua equestre de D. José (n.º 7365), de Sandman & C.ª (herdeiros); n'um rotulo destinado a garrafas de vinho.

g) Columna monolitica da Praça do Municipio (n.º 13357), de Mendonça Vianna & Silva, destinada a caixas de papel de cartas.

h) Esculptura representando o Rio Tejo, n'um dos lagos da Avenida da Liberdade (n.º 16096); da Compa-



Metros FABRICA DE TINTURARIA PONTE NOVA
Numero ESTANFARIA ALCANTARA
N.º 8837

nhia «Cimento Tejo», destinada a rotulos de barricas de cimento, e a outros papeis da Companhia.

5.º — ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAES.

Muitos industriaes teem gostado de representar nas marcas as fachadas ou os conjuntos das suas fabricas.



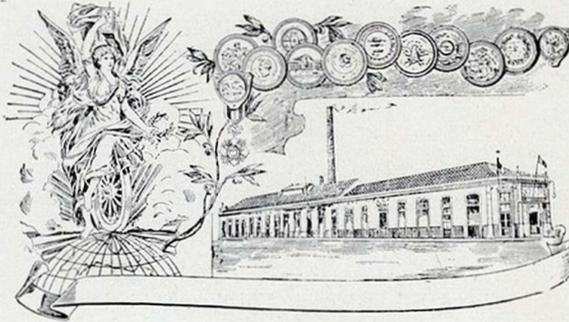
N.º 20485

Passamos a fazer menção d'aquellas em que se acham representados edificios de Lisboa:

a) A Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense tinha duas marcas eguaes (n.ºs 218 e 16010), que repre-

sentavam a fachada oriental da sua fabrica em Alcantara, hoje muito modificada; destinavam-se a pannos de algodão.

b) A Companhia Nacional de Estamparia e Tinturaria tem registadas tambem duas marcas eguaes (n.ºs 1927 e 8837), que mostram a vista do conjunto dos



N.º 10931

seus estabelecimentos fabris no sitio da Ponte Nova, junto á ribeira de Alcantara, proximo de Campolide; no primeiro plano vê-se a ponte que deu o nome ao sitio e á fabrica, e no ultimo o aqueducto das Aguas Livres sobre o valle de Alcantara; destinam-se a pannos de algodão.

c) A Companhia Productora de Malte e Cerveja, Ld.ª, sucessora da Portugalia, apresenta nas marcas (n.ºs 20484 e 20485) a vista da sua fabrica de cerveja, na Avenida Almirante Reis.

d) A Sociedade Industrial de Chocolates (SIC), ficou com as marcas da firma A. J. Iniguez & Iniguez, Ld.ª



N.º 18809

(n.ºs 5018, 1993! e outras), representando a fabrica de chocolates e bonbons que existiu na Avenida das Cortes, actualmente Avenida Presidente Wilson; e adoptou, modificadas, as da firma União & Frigor, L.ª (n.ºs 20701 e 33366), que mostram a fachada da fabrica d'aquella firma, na Rua 24 de Julho, onde actualmente são os escriptorios e as officinas dos varios artigos que a sociedade SIC fabrica.

e) A Companhia União Fabril tem n'uma das suas marcas (n.º 2463), as fachadas da sua fabrica em Alcantara, sobre a Rua 24 de Julho e sobre a Travessa do Baluarte.

f) A Fabrica Vinte e Quatro de Julho, na rua da mesma denominação, possuia uma marca (n.º 974), registada em nome de Joaquim Antunes dos Santos,



N.º 5128

na qual estava representada a fachada da fabrica, que então fabricava phosphoros de pau.

g) A Fabrica de Bolachas da Pampulha, Ld.ª, situada entre a Pampulha e a Rua 24 de Julho, tinha como foro exterior e marca das suas caixas de bolachas e



N.º 7352

biscoitos, uns rotulos representando a antiga fachada da fabrica sobre a Rua 24 de Julho, e o deposito para venda na Rua dos Retrozeiros; não estavam registadas.

6.º—ESTABELECIMENTOS COMMERCIAES.

Da mesma forma que os industriaes, tambem os commerciantes teem achado interessante exhibir nas suas

e dourado, mui vistosa, que os proprietarios offerecem como brinde.

b) Ourivesaria de J. M. & Pedro Fraga, na Rua da Palma, n.º 82; é uma marca não registada, impressa em cartões com o feiço de concha bivalve, tambem destinada a brinde e reclame da casa.



N.º 3608



N.º 38182

c) Grandes Armazens do Chiado (n.ºs 5128 a 5133, e outras não registadas); as marcas representam a fachado do corpo central do estabelecimento no topo inferior da Rua Garrett, e as frentes sobre as ruas do Carmo e Nova do Almada; destinam-se a varios productos das Fabricas de Nunes dos Santos & C.ª, proprietarios da marca.

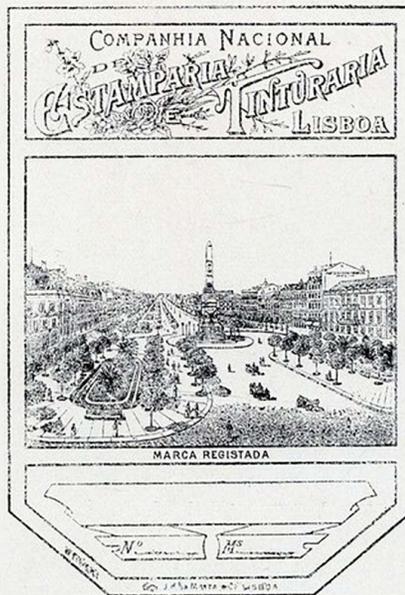
d) Tenda Cunhal das Bolas (n.º 12563), na Rua da

marcas os estabelecimentos de que são proprietarios. As fachadas das lojas de Lisboa que se encontram nas marcas mais dignas de menção são as seguintes:



N.º 5346

a) Ourivesaria da firma Fraga & C.ª (n.º 18809), na Rua da Palma, n.ºs 76 e 78; é uma lithographia a cores



N.º 8836

Rosa; registada em nome da firma Antonio Nunes & Silva.

e) Loja das Meias (n.ºs 17932 e 17934), na esquina do Rocio e Rua Augusta; registada pela Firma Pimentel Costa & Rosado.

f) Papelaria Verol (n.º 7352), na Rua Augusta; destinada a caixas de papel de cartas.

g) Papelaria Progresso, na esquina das ruas do Ouro e da Victoria; marca não registada, destinada a papel de cartas.

h) Casa de Muitos Artigos, de A. L. Freire, na



esquina das ruas do Ouro e da Victoria; marca não registada, destinada a papel de correspondencia da casa.

7.º – RUAS, PRAÇAS, PONTES, EDIFICIOS PUBLICOS E THEATROS.

a) Praça do Commercio, com o monumento de D. José e o Arco da Rua Augusta; figura nas marcas de: Leopoldo Wagner (herdeiros) (n.º 3608); é uma das



N.º 28814

marcas coloridas mais vistosas e bem acabadas; destinada-se a licor de tangerina da Fabrica Ancora.



N.º 13766

Oliveira Soares & C.ª (n.º 5346); destinada a panos de algodão.

Sociedade Industrial de Chocolates (n.ºs 24952 e 24953).

b) Arco da Rua Augusta; está representado nas marcas de:

Ricardo Martins da Silva & C.ª (n.º 4057), destinada a pacotes de pó de gomma.

Associação de Socorros Mutuos dos Empregados do



N.º 31551

Estado (n.º 38182); destinada ao cartaz anunciador dos fins da Associação e aos papeis da correspondencia.

F. Marques J.^{or} & C.^a (n.º 23303), destinada a papel de cartas; contem tambem uma vista da Torre de Belem.

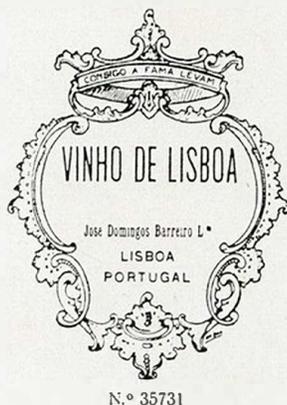
Verol & C.^a; esta casa possui duas marcas, não registadas, uma das quaes é um rotulo mui complexo, destinado a papel de cartas, contendo tambem na sua composição, além do Arco, a marca registada acima referida (n.º 7352), e os retratos dos fundadores do estabelecimento; a outra representa, ao lado do Arco,



um militar armado e equipado, na posição de «sen-tido», o que ha muito tempo tem sido distinctivo d'a-quella casa.

c) Avenida da Liberdade; encontra-se nas marcas da Companhia Nacional de Estamparia e Tinturaria (n.ºs 1929, 1930 e 8836), destinadas a pannos de algodão; e na marca de Teixeira Rocha & C.^a (n.º 22820), destinada a papel de cartas.

d) Ponte Nova, sobre a ribeira de Alcantara, proxima de Campolide; está representada um tanto eschematicamente nas marcas eguaes de Pinto & C.^a (n.ºs 129 e



1926); da Companhia Nacional de Estamparia e Tinturaria (n.º 8838); e de Guilherme Graham J.^{or} & C.^a (não registada); todas destinadas a pannos de algodão.

e) Edificio da Camara Municipal (n.º 10803); marca de Luiz Borges da Silva, destinada a pennas de escrever.

f) Theatro Polyteama (n.º 22273); representa a fachada d'este theatro na Rua Eugenio dos Santos, e destina-se aos cartazes annunciadores dos concertos syn-fonicos promovidos por Luiz Antonio Pereira, em cujo nome está a marca registada.

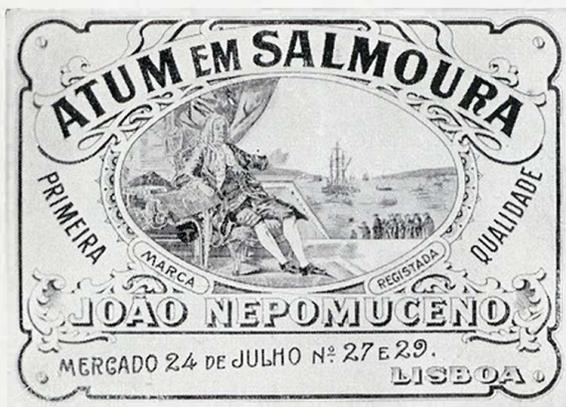
8.º — SANTO ANTONIO DE LISBOA

O popular santo lisboeta tambem deu assumpto para illustração d'algumas marcas. A commemoração do cen-



tenario do nascimento do santo, que se effectou em Lisboa em 1895, originou o registo da marca de Antonio Dias (n.º 1785), destinada a sabonetes.

A marca mais artistica é a da Companhia Portuguesa Higiene (n.º 28814), que representa um painel de azulejos a côres, amarella e azul, estando o santo, com



o menino ao collo, mettido entre 2 vasos de mangericos em baixo, e 2 cravos em cima; destina-se a uma loção para o cabelo, e sahiu das officinas de Henry Gris, como a marca contendo a torre de Belem (n.º 27646), já mencionada, e outras de que aqui não nos occupamos.

Encontra-se ainda a imagem do santo na marca de Dionisio Vasques (n.º 20394), destinada a café torrado; e na da Companhia dos Tabacos de Portugal que precedeu a n.º 13766, e que deu origem á denominação

de *antoninos* aos cigarros, ainda hoje assim conhecidos.

9.º — TYPOS POPULARES

Apenas um unico typo das ruas de Lisboa se encontra representado nas marcas: é a varina ou peixeira; escolheram-n'o Guimarães & Neves para as suas conservas de peixe (n.ºs 7443 e 7921); e a Companhia Commercial e Industrial Portuguesa, L.ª, para marca de diferentes productos comprehendidos nas classes 66.ª e 67.ª da tabella (n.ºs 31225 e 31226, 31554 e 31555).

10.ª — ESCUDO DAS ARMAS DE LISBOA

N'algumas marcas registadas e não registadas figura a caravela do escudo das armas de Lisboa, com os corvos á proa e á pôpa, e mais ou menos deformada conforme a phantasia dos desenhadores. N'uma das marcas (n.º 142) escreveram a palavra LISBOA no painel da pôpa, mas esqueceram-se de representar os corvos.

11.º — DENOMINAÇÕES

A referencia directa á palavra Lisboa, ou a sitios de Lisboa, encontra-se em varias marcas:

- a) *Lisboeta* (n.º 21269), de Silva & Ferrugem; destinada a rebuçados.
- b) *A Lisboeta* (n.ºs 38810 e 38812), de Joaquim Silvestre Marques; destinada a artigos de vestuario e calçado.
- c) *Rocio* (n.ºs 38638 a 38640), de Seixas Dias, L.ª; destinada a artigos de vestuario; os seus proprietarios teem o estabelecimento commercial na Rua do Arco do Bandeira, com janellas para a Praça de D. Pedro ou Rocio.
- d) *Original Lisbon Wine* (n.º 38981), e *Imperial Lisbon Wine* (n.º 38655), da Sociedade Vinicola Vale Formoso, L.ª.
- e) *Royal Lisbon Wine* (n. 38952), de Abel Pereira da Fonseca, L.ª.
- f) *Vinho de Lisboa* (n.º 35731), *Lisbon Wine* (n.º 38462), e *Special Lisbon Wine* (n.º 38625), de José Domingos Barreiro, L.ª.
- g) *King Lisbon Wine* (n.º 38804), de Gomes de Paiva, Barros & C.ª, L.ª.
- h) *Lisbon Brand* (n.º 35993), da Sociedade Lusitana de Conservas, L.ª; destinada a latas de conserva de peixe.
- i) *Café Jeronimos* (n.º 27961), dos Estabelecimentos Jeronimo Martins & Filho; allusão ao convento dos Jeronimos, como conteem outras marcas da mesma casa commercial.

j) *Santa Clara* (n.º 35825), da Sociedade Quimica Industrial Portuguesa, L.ª, que explora a fabrica conhecida por Fabrica de Santa Clara, situada no campo da mesma denominação, proxima á antiga Fundação de Canhões; destina-se a ser gravada em sabonetes. A mesma fabrica tem varias outras marcas, não registadas, em que figura a denominação S.ª Clara, impressa nos papeis destinados a envolver os sabonetes.

12.º — DIVERSOS

Reservámos para este grupo 3 marcas que, pelo assumpto, não se comprehendem nos anteriores:

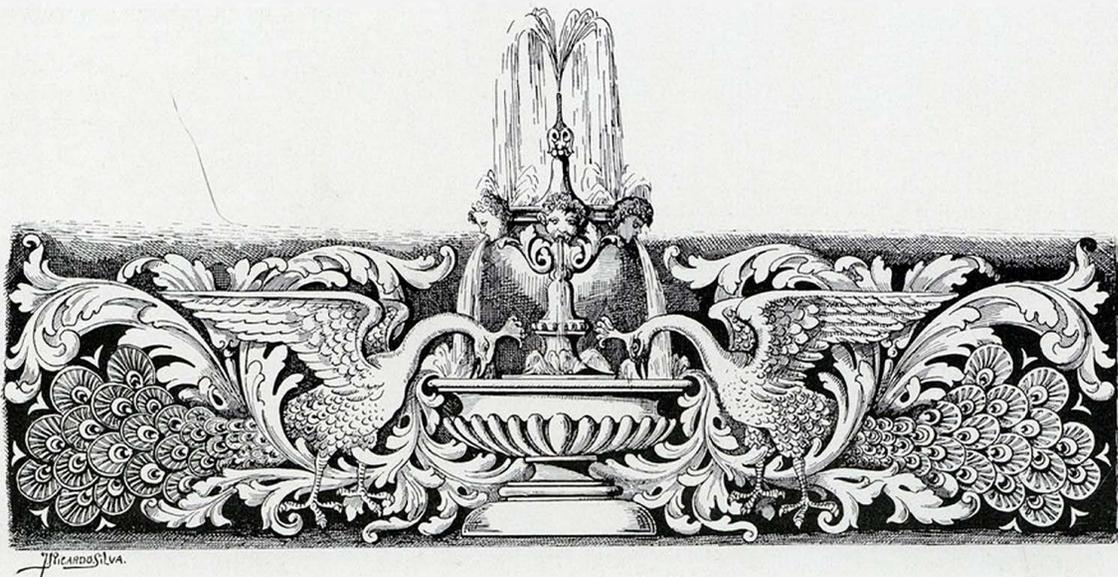
a) Marca de Antonio da Costa & Costa (Filho) (n.ºs 7636 e 7637), que representa o candieiro réclame que o estabelecimento d'aquella firma, conhecida por «Casa das Bengalas», tem no passeio em frente da loja; destina-se a artigos das classes 54.ª e 56.ª, objectos de ourivesaria, bengalas, etc., mas applicam-n'a os seus proprietarios a papeis de escripturação da casa.

b) As outras marcas são a reproducção do conhecido retrato do Marquez de Pombal, pintado por L. Vanloo e J. Vernet, de que se fizeram reproducções desenhadas por A. J. Padrão e J. S. Carpinettus, e gravadas em cobre por J. Beauvarlet; uma das marcas (n.º 7792), pertence a João Nepomuceno, e destina-se a caixas de conserva de peixe; a outra é um rotulo de papel muito bem impresso e colorido, que constitue por si só um quadro bastante vistoso; é da firma Guilherme Graham J.ºr, & C.ª, e destina-se a fazendas de algodão «chita Pombal».

Tendo passado em revista as marcas ou typos de marcas da serie lisboeta, vê-se que estas constituem 4,3 por mil das que teem passado pela Repartição da Propriedade Industrial, para effeito de registo, (não incluindo as usadas pelos interessados que não teem sido registadas), e que o assumpto que predomina nas mesmas marcas é a Torre de Belem, em cerca de 29 por cento das da serie de lisboa. A collecção completa das marcas registadas, como foram ou teem sido usadas pelos seus proprietarios, é impossivel hoje de reunir, porque não só muitos industriaes e commerciantes, ou os seus estabelecimentos teem desaparecido, e com elles as suas marcas, mas porque muitas teem cahido em desuso, e os seus proprietarios, considerando os rotulos como papeis inuteis, teem-se desfeito d'elles, não lhes ligando mais importancia do que o publico consumidor, sendo quasi impossivel encontrar um unico exemplar de muitas d'essas marcas postas de parte. Aqui fica a sua recordação para conhecimento das gerações futuras.

A. VIEIRA DA SILVA





HERALDICA DE FAMILIA

CARTAS D'ARMAS

APONTAMENTOS COLIGIDOS POR AFFONSO DE DORNELLAS

José Joaquim d'Almeida Moura
Coutinho

DEVIDO ao favor do Sr. Pedro Inacio do Amaral Frazão, posso aqui incluir a reprodução e referencia á Carta d'Armas concedida em 8 de Janeiro 1844 a José Joaquim d'Almeida Moura Coutinho.

Vem referencia a esta carta no «Archivo Heraldico Genealogico» do Visconde de Sanches de Baena, que lhe omitiu o timbre e a diferença como foi norma nas referencias que fez as cartas que publicou, errando a data que é de 1844 e não 1845 como vem na mesma obra.

Vejamus a parte interessante d'esta carta :

—D. Maria Segunda por Graça de Deos Raynha de Portugal Algarves e seus Dominios. Faço saber aos que esta Minha Carta de Brazão de Armas de Nobreza e Fidalguia virem: Que Joze Joaquim d'Almeida Moura Coutinho, natural da cidade do Porto, do Meu Conselho, Fidalgo Cavalleiro de Minha Real Caza, Cavalleiro da antiga

e muito Nobre Ordem da Torre e Espada de valor Lealdade e merito Juiz da Relação desta Cidade e Deputado ás Cortes Me fes petição dizendo que pela Sentença de justificação e mais documentos juntos, se mostrava que elle é filho legitimo de José Joaquim d'Almeida Coutinho, Guarda Mor que foi do Senado da Camara da Cidade do Porto, e de sua mulher D. Roza Joaquina de Lima Xavier. Neto por parte paterna de Francisco Diogo de Moura Coutinho, Senhor da Caza de Borba da Lixa, uma das mais distinctas da Provincia do Minho, e de sua mulher D. Thereza Roza d'Almeida, Néto por parte materna de Antonio Jose Xavier Monteiro, Procurador que foi da Caza do Infantado, e de D. Maria Joaquina Xavier. E que os referidos seus Pais Avós e mais ascendentes são pessoas muito Nobres e Ilustres, das famillias dos Coutinhos, Limas, Mouras, e Monteiros. e como taes se trataram sempre á Ley da Nobreza com Armas, Creados e Cavallos sem que em tempo algum commettessem crime de Leza Magestade Divina ou Humana. Pelo que Me pedia elle supplicante por Mercê que para a memoria de seus progenitores se não perder e para clareza de sua antiga Nobreza, lhe Mandasse dar Minha Carta de Brazão de Armas das ditas famillias para dellas tambem uzar na forma que as trouxeram e foram concedidas aos ditos seus progenitores. E vista por Mim a dita sua petição Sentença e documentos e constar de tudo o referido, que a elle como descendente das mencionadas familias, lhe pertence uzar e gozar de suas Armas segundo o Meu Regimento e Ordenação da Armaria, lhe Mandei passar esta Minha Carta de Brazão dellas, na forma que aqui vão Brazonadas, Divisadas e Illuminadas com cores e metaes, segundo se achão registadas no Livro

do Registo das Armas da Nobreza e Fidalguia destes meus Reynos que tem o meu Rey de Armas Portugal, a saber: Hum escudo esquartellado; no primeiro quartel as Armas dos Coutinhos, que são em campo de ouro cinco estrellas de vermelho de cinco pontas em



Carta d'Armas de José Joaquim d'Almeida Moura Coutinho

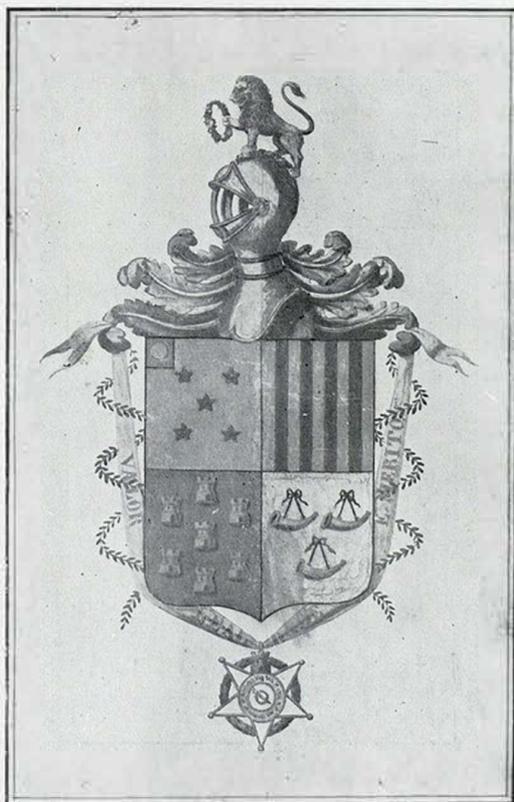
sautor; no segundo as Armas dos Limas, que são em campo de ouro, quatro bastoens sanguinhos em palla; no terceiro as Armas dos Mouras, que são em campo vermelho sete castellos de ouro em trez pallas: trez na do meio e dois em cada uma das outras, e as portas lavradas de negro; e no quarto as Armas dos Monteiros que são em campo de prata, trez cornetas de sua côr com os bocaes de ouro e cordoens vermelhos postos em roquete. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquífe dos metaes e cores das Armas. Timbre dos Coutinhos, que é um Leão sanguinho com uma estrella de ouro de cinco raios na espada, e uma capella de flôres na mão direlta. E por differença uma brica azul com um bezante de ouro. O qual Escudo e Armas poderá trazer e uzar tão somente o dito Jose Joaquim de Almeida Moura Coutinho que assim é Minha Mercê. A Raynha o Mandou por Antonio Gomes da Silva, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, official Menor, e Thesoureiro da Sua Real Casa, e Seu Rey de Armas Portugal. E pagou por encontro na forma do Decreto de vinte e oito de Outubro de mil oito centos e quarenta e dois duzentos mil reis de Direitos de Mercê da presente Carta de Brazão d'Armas, como fez constar da cautela do Thesouro Publico numero nove centos quarenta e oito, assignada por José Bernardo da Roza. Henrique Carlos de Campos Encartado no Officio de Escrivão da Nobreza destes Reynos e seus Dominios a fez escrever e subscreeveu em Lisboa aos oito dias do mez de Janeiro de mil oito centos quarenta e quatro. E eu Henrique Carlos de Campos a fiz

escrever e subscreevi. O Rei d'Armas Portugal (a) Antonio Gomes da S.^a Pagou Vinte mil reis de Sello. Lfsboa 28 de Outubro de 1845. N.º 68. Couto. Nolasco. Reg.^{da} no L.º 8 do Reg.^{to} dos Brazoens d'Armas da Nobreza, e Fidalguia destes Reynos e seus Dominios a fl. 321. Lisboa 3 de Novembro de 1845 (a) Henrique Carlos de Campos.

Esta carta, por morte do Conselheiro José Joaquim de Almeida Moura Coutinho, ficou em poder de seu filho, Sr. José Joaquim de Almeida Pimentel de Moura Coutinho que por sua morte a deixou a sua filha Senhora D. Mariana Augusta da Almeida Pimentel, que nasceu em Penajoia em 31 de Janeiro de 1900 e morreu em 5 de Janeiro de 1929, tendo casado em 11 de Fevereiro de 1925 com o Senhor Pedro Inacio do Amaral Frazão que teve a amabilidade da m'a emprestar para reproduzir.

José Joaquim de Almeida Pimentel de Moura Coutinho publicou um folheto intitulado :

—Biographia do Sr. José Joaquim de Almeida Moura Coutinho Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, Do Conselho de S. M. F. Comen-



Carta d'Armas de José Joaquim d'Almeida Moura Coutinho

dador da Ordem de N. S.^a da Conceição de Villa Viçosa, Cavalleiro das Ordens de Christo e da Antiga e muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e Merito, Dezembargador da Relação de Lisboa, e Presidente da Companhia de Messagerias e Mallas-

Portuguesas. Capitão do extinto Batalhão de Voluntarios da Rainha a Senhora D. Maria 2.^a. Deputadoq pela provincia do Algarve às Cortes Geraes da Nação Portugueza nas duas Legislaturas de 1842 a 1846 por seu filho. Belem. Typographia Belenense. 1886.

— O Sr. José Augusto do Amaral Frazão de Vasconcellos teve a amabilidade me emprestar um exemplar deste interessante folheto que tão desenvolvidamente descreve o que foi a vida politica e trabalhosa do biographado que nasceu na Freguesia de Santo Ildefonso da Cidade do Porto em 5 de Março de 1801, e morreu em 15 de Outubro de 1861. tendo tido grande acção na vida geral do paiz.



José Roberto Vidal da Gama

DEVIDO ao favor do Sr. José Augusto Nunes Ramos residente em Borba, posso aqui dar a conhecer uma carta d'armas e outros documentos que vem esclarecer mais um caso que tem andado mal tratado.

O Visconde de Sanches de Baena no seu «Archivo Heraldico Genealogico», refere-se a esta carta dizendo que o brazão se compõe das Armas das familias Vidal e Bendriz. Infelizmente, não diz que são armas urindos da Espanha podendo parecer que são Vidaes de Portugal. Sobre Bendriz diz no «Índice Heraldico ou descrição completa das Armas de todas as Familias», Lisboa, 1872, que é familia de origem Francesa e que as armas são d'ouro com um leão de negro.

Ainda parece mais extraordinario este erro, porque Sanches de Baena no referido Índice Heraldico, quando trata do apelido Vidal, cita esta carta concedida a José Roberto Vidal da Gama, dizendo que a viu e fazendo uma descrição detalhada das armas de Vidal. Como é que descreveu erradamente as armas de Bendriz que estão iluminadas na mesma carta e que são de azul com uma torre torreada de prata?

A heraldica em Portugal sempre tem sido muito infeliz!...

Quando tratar especialmente das armas da familia Bendriz, esclarecerei o melhor possivel o assumpto.

Vejamos a carta em questão:

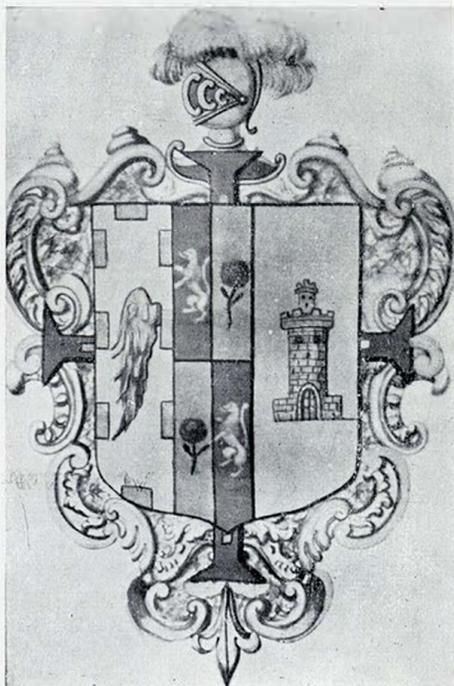
Dom Jozé por graça de Deus Rey de Portugal etc faço saber aos que esta minha Carta de Brazão de Armas de Nobreza e Fidalguia

virem que Jozé Roberto Vidal da Gama, Cavaleiro professo da Ordem de Christo meu Dezembargador da Caza da Suplicação desta Corte e della natural Me fez petição dizendo que pela sentença de justificação de sua Nobreza a ella junta proferida pello Doutor Jozé Pereira de Moura tambem Meu Dezembargador e Corregedor do Civil da Corte e Caza da Suplicação: Sobscrita por João Villella Basto Escrivão do dito Juizo; e juntamente por hum Brazão que o mesmo suplicante alcansara na Corte de Madrid passado pello Rey de Armas universal daquelle Reyno D. Romão Zezo e Ortega, e por elle assignado em onze de Janeiro deste prezente anno que junto á mesma sentença apresentava, portudo Me fez certo que elle he Filho legitimo de D. Jozé Jorge Mauro Lulz Carlos Pascoal Vidal, Cavaleiro da dita Ordem. Capitam de Cavallos que foi do Regimento de Moura e hoje Sargento Mor reformado de Cavalaria, natural da Cidade de Valença Reyno de Aragão donde passou para este de Portugal e de sua mollier D. Antonia Joaquina Ignacia da Gama natural de Estremos filha do Doutor Manoel Pires Cabeça e de sua mollier D. Andreza Martins de Gouvea. Neto pela sua varonia de D. Marcos Jorge Vidal e de sua mollier D. Maria Manuella Bendriz naturaes da Cidade de Valencia; Bisneto de D. Francisco Vidal e de sua mollier D. Josepha Anna Ortis. Terceiro Neto de Dom Francisco Jozé Simão Vidal, e de sua Molher D. Anna Maria Ortis, e Quarto Neto de D. Jeronimo Vidal e de sua mollier D. Jeronima Martines naturaes todos da sobredita Cidade e Reyno onde esta familia tem Illustres Cazas de que tem procedido exemplares Bispos, famosos Geneaers, muitos Embaixadores e Governadores da mesma Cidade por mais de dozentos annos, que tiveram por primeiro Ascendente a Bernardo Vidal de Besalú Fidalgo Aragonés que veyo á conquista da dita Cidade com o Pey D. Jayme primeiro chamado o conquistador, e nella fes ascento e fundou novo Solar o qual procedia dos Illustres Vidaes de Aragão Senhores de Blanes e Moraton, que segundo concordão os genealogicos daquelle Reyno tiverão por Tronco commum aquelle Illustre Cavaleiro, que nas Cortes de Jaca celebradas em nove centos e doze fes jurar Rey daquelle coroa hu Infante filho dos Reys D. Garcia Inigues e D. Urraca sua Esposa que elle tinha livrado da morte -- creado depois da infeliz disgraca de seus Pays ás mãos da fereza Mauritana. E pella dita sua Avó D. Maria Monuella Bendriz que he Bisneto de D. Vicente Carlos Diogo Bendriz e de sua mollier D. Anna Maria Josepha Duran filha de D. Gaspar Duran e de sua mulher D. Esperança Moscat Terceiro neto de D. Jayme Thomas Bendriz e de sua mollier D. Josepha Bernat filha de D. Pascoal Bernat e de sua mollier D. Antonia Duran e Quarto neto de D. Antonio Bendriz e de sua mollier D. Paula Ebrí todos da dita Cidade e Reyno. Os quaes seus Ascendentes que forão pessoas muito nobres e legitimos descendentes das Preclarissimas familias dos appellidos de Vidaes e Bendrizes daquelle Reyno e como taes se tratarão sempre com Armas, Cavallos, creados etc. . . He mandase dar Minha Carta de Brazão de Armas das ditas familias para dellas tambem uzar neste Reyno na forma que as trouxeram e forão concedidas aos ditos seus Progenitores, constão do dito Brazão que apresentava e elle as deve trazer segundo o Meu Regimento e Ordenação da Armaria etc. . . Asaber. Hum Escudo partido em palla: Na primeira as Armas dos Vidaes que são tambem partidos em palla: na primeira em campo azul hua Aza de prata com oito pegas do mesmo metal em orla a segunda esquadrellada no primeiro quartel em campo vermelho hum Leão tambem de prata no segundo em campo de ouro huma Roza vermelha e assim os contrarios: Na segunda palla as Armas dos Bendrizes em campo azul hum Castello de prata. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquife dos metaes e cores das Armas e por Timbre dos Vidaes quatro plumas de ouro, verde e vermelho e azul. O qual Escudo e Armas poderá trazer e uzar o dito Jozé Roberto Vidal da Gama etc. . . El Rey Nosso Senhor o mandou por Luiz Rodrigues Cardoso Cavaleiro Fidalgo de sua Caza e seu Rey de Armas Portugal. Frey Manuel de Sancto Antonlo e Silva da Ordem de Sam Paulo afes em Lixboa aos sete dias do Mes de Março do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de Mil sete centos e setenta Filippe Rodrigues de Campos a fez Escrever. a) Portugal Rey de Armas e Principal. (a) Ruy Roiz Cardoso. Registrada no Livro do Registro dos

Brazões da Nobreza destes Reynos e conquistas a folhas 120. Lixbroa 13 de Março de 1770. (a) Filippe de Campos.

No documento espanhol que tem anexo passado pelo chronista e Rei d'Armas Universal, D. Ramon Zazo e Ortega, dá os ascendentes acima referidos de José Roberto Vidal, e diz mais que um seu tio, irmão de seu pae, Pedro Vicente Vidal, éra em Lisboa Familiar de Santo Oficio, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, Coronel de Infantaria e Fidalgo Cavalleiro da Casa Real em premio do valor com que se portou na tomada da Praça da Alorna e mais serviços prestados na India.

Depois o mesmo documento refere-se ao que dizem varios Autores Genealogicos sobre a origem das Familias Vidal e Bendriz, terminando por dizer que foi tudo feito conforme pedido de D. Jose Roberto Vidal. E' datado de Madrid em 11 de Janeiro de 1770.



Carta d'Arma de José Roberto Vidal da Gama

Dos elementos colhidos dos documentos acima ; de duas arvores de costado anexas aos mesmos e de outros documentos que como disse me foram obsequiosamente emprestados pelo Sr. José Augusto Nunes Ramos, vou organizar a seguinte resenha genealogica :

- 1 — D. ANTONIO VIDAL DE BLANES, Governador de Jacer e Senhor de Bernia em Valença. Teve
- 2 — D. DIOGO VIDAL DE BLANES, que foi pae de
- 3 — D. JERONIMO VIDAL natural de Valencia de

Aragão que casando com D. Jeronima Martins da mesma cidade, foram paes de

4 — D. FRANCISCO JOSÉ SIMÃO VIDAL, batisado em 29 de Outubro de 1620 na Parochial de Valencia de Aragão. Casou com D. Ana Maria Ortiz da mesma cidade e foram paes de

5 — D. FRANCISCO VIDAL natural de Valencia de Aragão. Casou com D. Josefa Ana Ortiz filha de Francisco Ortiz e de sua mulher D. Vicencia Molina. Neta paterna de Francisco Ortiz e de sua mulher D. Hipolita Pons e bisneta paterna de Jayme Ortiz e de sua mulher D. Damiata.

Do casamento de Francisco Vidal com D. Josefa Ana Ortiz, nasceu

6 — D. MARCOS JORGE VIDAL, batisado em Valencia de Aragão em 23 de Abril de 1665. Casou com D. Maria Manoela Bendriz, batisada em 26 de Dezembro de 1676, filha de Vicente Carlos Diogo Bendriz, batisado a 14 de Novembro de 1640, em Cabanes e de sua mulher D. Anna Maria Josefa Duran, batisada a 18 de Março de 1647 em Alvala de Pardines, filha de Gaspar Duran e de sua mulher D. Esperança Mocat.

Vicente Carlos Diogo Bendris era filho de Jayme Thomas Bendris, batisado a 20 de Dezembro de 1616 em Cabanes, e de sua mulher D. Josefa Bernat, filha de Paschoal Bernat e de sua mulher D. Antonia Duran.

Jayme Thomas Bendris éra filho de Antonio Bendris e de sua mulher D. Paula Ebri.

Do casamento de Jorge Marcos Vidal com D. Maria Manoelã Bendris, nasceu.

7 D. JOSE JORGE MAURO LUIZ CARLOS PASCOAL VIDAL, que segue.

7 — Pedro Vicente Vidal, natural de Valencia de Aragão, veio viver para Portugal e foi familiar do Santo officio em Lisboa, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, Coronel de Infantaria e Fidalgo Cavalleiro da Casa Real em premio do valor com que se portou na tomada da Praça de Alorna e nas partes da India.

7 — D. JOSÉ JORGE MAURO LUIZ CARLOS PASCOAL VIDAL batisado em Valencia de Aragão em 3 de Novembro de 1697. Vindo viver para Portugal foi Cavalleiro Professo da Ordem de Christo e sargento mór da Cavalaria do Regimento de Moura. Casou com D. Antonia Joaquina Inacia da Gama naturat de Extremoz filha herdeira do Dr. Manuel Pires Cabeça e de sua mulher D. Andreza Martins de Gouvea, batisada em 5 de Dezembro de 1666 e filha herdeira de Domingos Rodrigues Negrão, natural de S. Miguel do Outeiro e de sua mulher D. Maria Martins filha de Antonio Martins, o Velho, Lavrador do Monte do Outeiro.

O Dr. Manuel Pires Cabeça, batisou-se em 16 de Outubro de 1661, era Familiar do Santo Oficio e filho de Antonio Pires Cabeça e de sua mulher D. Eleonora da Gama.

Do casamento de José Jorge Vidal com D. Antonia Joaquina Inacia de Gouveia, nasceram :

8—José Rolando Vidal da Gama que foi Cavaleiro Professo na Ordem de Christo, Desembargador da Casa da Suplicação na Meza dos Agravos, Fidalgo da Casa Real, do Conselho d'El Rei, Conselheiro da Fazenda e Fidalgo da Cota d'Armas por carta de 7 de Março de 1770 que atraz se transcreve e que motivou este estudo;

8—João Antonio Vidal da Gama, Capitão de Cavallos do Regimento de Elvas que casou com D. Mariana Rosa Lobes de Vasconcelos e foram paes de D. Maria do Carmo Vidal da Gama e Vasconcellos sem mais noticia.

8 — AGOSTINHO BERNARDO VIDAL DA GAMA que segue.

8 — AGOSTINHO BERNARDO VIDAL DA GAMA, casou com sua cunhada D. Mariana Rosa Lobo de Vasconcellos, viuva do seu irmão João Antonio Vidal da Gama, sendo esta senhora filha de Francisco Lobo de Almeida, Capitão de Cavalaria do Regimento de Elvas e de sua mulher D. Isabel Victoria Pestana do Carvalhal Silveira filha de Manuel Pestana do Carvalhal Silveira e de sua mulher D. Thereza Margarida de Jesus Fragoso natural de Evora etc. Francisco Lobo de Almeida era filho de Gregorio Lobo de Almeida natural de Borba e de sua mulher D. Faustina Antonia da Silva, natural de Coimbra filha de Bento da Cunha Ribeiro e de sua mulher D. Maria da Cunha.

Gregorio Lobo de Almeida era filho de Dr. Manuel Lopes Presado, natural de Borba e de sua mulher D. Ignez Maria de Almeida filha de Francisco de Almeida Godinho e de sua mulher D. Catherina Lopes Ribeiro ambos de Extremoz.

O Dr. Manuel Lopes Presado era filho de Bento Lopes Presado e de sua mulher D. Maria Rodrigues Lobo. Do casamento de Agostinho Bernardo Vidal da Gama com D. Mariana Rosa Lobo de Vasconcelos, nasceram

9 D. Maria Jose, morreu solteira.

9 D. Maria do Carmo, idem.

9 D. Maria Manuela, idem.

9 D. MARIA JOANA VIDAL DA GAMA LOBO DE VASCONCELLOS que segue.

9—D. MARIA JOANA VIDAL DA GAMA LOBO DE VASCONCELLOS que casou com o morgado Barnabé Francisco de Paula Atayde e foram paes de

10 — D. Maria do Carmo que faleceu solteira

10—D. Maria Rita — idem

10—D. Maria Afra — idem

10—D. Maria Emilia — idem

10—D. Maria Manoela — idem

10—Francisco — idem

10—Agostinho — idem

10—D. MARIA FILIPA DE ATHAYDE VIDAL DA GAMA LOBO E VASCONCELLOS que segue.

10 — D. MARIA FELIPA D'ATHAYDE VIDAL DA GAMA LOBO E VASCONCELLOS que casou com Ignacio Manuel de Sales e foram paes do

11 — Manuel de Salles de Athayde Vidal da Gama Lobo Vas-

concellos que casou com D. Maria das Dores do Rosario. Não tiveram filhos

11 — Francisco Maria de Salles de Athayde Vidal da Gama Lobo e Vasconcelos que casou com D. Catherina Julia da Fonseca Presado de quem houve :

12 — D. Palmira Laura Presada Salles que casou com Eduardo Henriques Correia Guerra e foram paes de :

13 — José Eduardo.

13 — D. Palmyra Margarida.

13 — D. Berta Cristalina.

13 — Vasco Carlos.

13 — D. Branca Dora já falecida.

12 — D. Emilia da Gloria Presado Salles que casou com Luiz Maria Soares da Matta sem geração.

11 — JOAQUIM MANUEL DE SALLES DE ATHAYDE VIDAL DA GAMA LOBO E VASCONCELLOS que segue.

11 — JOAQUIM MANUEL DE SALLES DE ATHAYDE VIDAL DA GAMA LOBO E VASCONCELLOS que nasceu em 8 de Janeiro de 1842 do qual foi publicada uma desenvolvida e interessante biografia no jornal de Lisboa «A Folha do Comercio» de 23 de Janeiro de 1895. Casou em Campo Maior com D. Anna Caiola que falleceu em 1873 sem deixar filhos. Casou pela segunda vez com D. Amelia da Conceição do Rosario, natural de Villa Viçosa de quem nasceu :

12 — IGNACIO MANUEL DE SALLES que segue.

12 — Luiz do Rosario que faleceu solteiro.

12 — Francisco de Paula — idem.

12 — D. Maria Joana Salles que casou com Antonio Arrentine Correia da Guerra e tiveram

13 — D. Luellia Judithe.

13 — D. Adalgiza, falecida.

13 — D. Maria Victoria, falecida.

12 — IGNACIO MANUEL DE SALLES, residente em Borba e possuidor da Carta d'Armas conferida ao seu ascendente José Roberto Vidal da Gama, carta que motivou este estudo. Casou duas vezes, a primeira com D. Elvira Lucilia da Guerra Semedo e a segunda com D. Cacida da Conceição Reinho.

Do primeiro matrimonio nasceu :

13—D. Maria do Anjo Semedo Salles.

Do segundo matrimonio :

13—Joaquim Francisco Martins de Salles.

13—José Ignacio Martins de Salles.

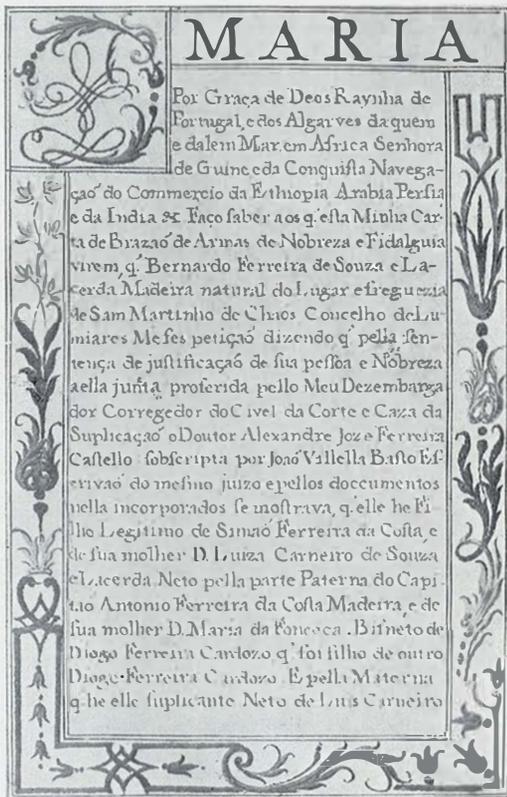


Bernardo Ferreira de Sousa e Lacerda Madeira

SANCHES DE BAENA no seu Archivo Heraldico-Genealogico, sob n.º 440 faz referencia a esta carta suprimindo-lhe, como mais ou menos sempre fez, o timbre e a diferença. Tem tambem a data errada como errada tem a paginação do registo da mesma carta no Cartorio da Nobreza. O original é da collecção de Afonso de Dornellas.

Vejamos a parte que nos póde interessar :

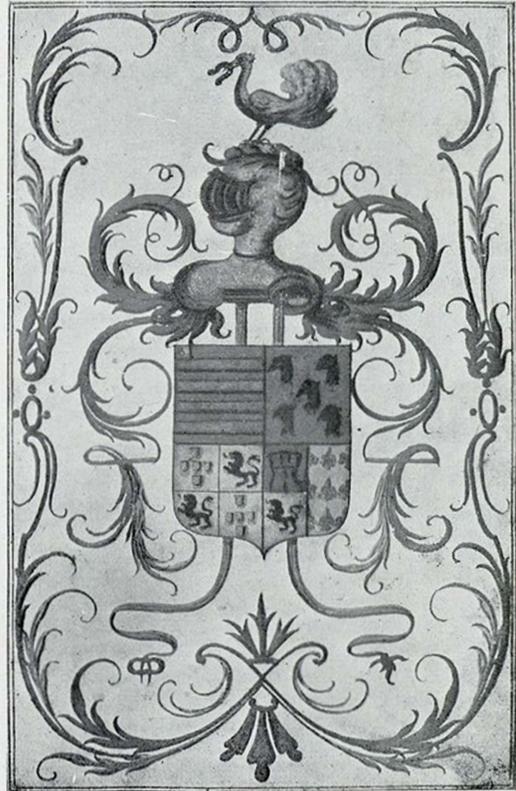
—D. Maria Por Graça de Deos Raynha de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhora da Guine. e da Conquista Navegação do Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India &. Faço saber aos q. esta Minha Carta de Brazão de Armas de Nobreza e Fidalguia virem, q. Bernardo Ferreira de Souza e Lacerda



Carta d'Armas de Bernardo Ferreira de Sousa e Lacerda Madeira

da Madeira natural do Lugar e freguesia de Sam Martinho de Chãos, Concelho de Lumiares Me fes petição dizendo q. pella sentença de justificação de sua pessoa e Nobreza a ella junto proferida pello Meu Dezembargador Corregedor do Civel da Corte e Caza da Suplicação o Doutor Alexandre Jozé Ferreira Castello: sobscripta por João Villeda Basto Escrivão do mesmo juizo e pellos documentos

nella incorporados se mostrava, q. elle he Filho Legitimo de Simão Ferreira da Costa. e de sua molher D. Luiza Carneiro de Souza e Lacerda. Neto pella parte paterna do Capitão Antonio Ferreira da Costa Madeira, e de sua molher D. Maria da Fonseca. Bisneto de Diogo Ferreira Cardozo, q. foi filho de outro Diogo Ferreira Cardozo. E pella Materna q. he elle suplicante. Neto de Luis Carneiro de Souza e Lacerda, e de sua molher D. Angela Maria de Sampaio. Bisneto de outro Luis Carneiro de Souza, q. foi filho de Luis de Figueiredo. Neto de João de Sequeira, e Lacerda, bisneto de Balthe-



Carta d'Armas de Bernardo Ferreira de Sousa e Lacerda Madeira

zar de Sequeira Pinto de Souza, Fidalgo de minha Caza Real e terceiro neto de Baltezar Cardozo Mosso da Camara do Senhor Cardeal Rey D. Henrique. Os quaes seus pays, Avós, e mais Ascendentes q. foram pessoas muito Nobres das familias dos appellidos de Ferreras, Madeiras, Sousas, e Lacerdas deste Reyno onde são Fidalgos de Cotta de Armas, Linhagem, e de Sol: r Conhecido, e como taes se tratarão com Armas, Cavallos e Creados... Pello q. me pedia por Merce q. para memoria de seus Progenitores; se não perder a clareza de sua antiga Nobreza... lhe mandei passar esta Minha Carta de Brazão. . . A saber. Hum Escudo esquartellado. No primeiro quartel as Armas dos Ferreras q. são em campo vermelho quatro fexas de ouro: No segundo as dos Madieras em campo vermelho Cinco Cabeças de Aguias de ouro postas em sautor. No terceiro as dos Sousas q. são o campo de prata esquartellado, no primeiro as cinco quinas de Portugal, no segundo hum Leão de purpura, e assim os contrarios: No quarto quartel as dos Lacerdas q. são partidas em palla, a primeira cortada em fxa, na de sima em campo vermelho hum Castello de ouro, na segunda em campo de prata hum Leão de purpura: a segunda palla de azul trez flores de Lis de ouro entre seis meyas flores todas em tres pallas. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro.

Paquife dos metaes e Cores das Armas. Timbre dos Ferreiras q. he huma Ema de sua cor com huma ferradura de ouro no bico, e por differença huma brica de prata com hum B. de preto. O qual Escudo e Armas poderá trazer e usar o dito Bernardo Ferreira de Sousa e Lacerda Madeira assim como as trouxeram e uzaram os ditos Nobres e Antigos l'idalgos seus Antepassados em tempo dos Senhores Reis Meus antecessores, e com ellas poderá entrar em Batalhas . A Rainha Nossa Senhora o mandou por Antonio Rodrigues de Leão, pro feço na Ordem de Christo, Cavalleiro Fidalgo de sua Casa Real e seu Rey de Armas Portugal, Frey Manuel de Santos Antonio e Silva da Ordem de Sam Paulo a fez em Lisboa aos quatro dias do mez

de Fevereiro, do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de Mil sete centos oitenta e dois. E eu Bernardo José Agostinho de Campos. Escrivão da Nobreza, a fiz escrever. Portugal Rey de Armas Principal. (a) Ant.º Roiz de Lemos. Reg.ºa no L.º 3.º do Rg.º dos Brazoens e Armas da Nobreza, e Fidalguia destes R.ººs e suas Conq.ºs A F. 45. Lx.º 9 de Fever.º de 1782. (a) Bernardo José Agost.º de Campos.

Esta carta, como geralmente as desta epoca, é em forma de livro e pobre de ornamentação pois só a primeira pagina tem uma modesta cercadura.

